

retrato

do BRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$8,00 | Nº15

MOTOBOYS Eles arriscam a vida para São Paulo funcionar

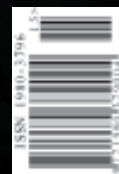
CAIO PRADO JR. Marx, Euclides e Lobato na formação do historiador

ENTREVISTA COM ILDO SAUER, DA USP

UMA PROPOSTA PARA O

PRÉ-SAL

"PARA PROTEGER O PETRÓLEO DESCOBERTO E USÁ-LO EM BENEFÍCIO DO POVO É PRECISO, JÁ, MEDI-LO E LOCALIZÁ-LO COM PRECISÃO. E A PETROBRAS É, INDISCUTIVELMENTE, A EMPRESA A SER CONTRATADA PARA ESSA TAREFA"



retrato do BRASIL

A cada mês, temas de grande relevância analisados com profundidade

agora com novo projeto gráfico e mais páginas

assinatura anual por apenas
R\$ 86,00 ou
2x R\$ 43,00



Faça já a sua assinatura

www.retratodobrasil.com

[11] 3032-1204 / 3037-7316

vendas@reatratodobrasil.com

retrato do BRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 15 | OUTUBRO-NOVEMBRO 2008

Ponto de vista **É HORA DE CHAMAR A PETROBRAS** A primeira decisão sobre os campos gigantes de petróleo do chamado pré-sal é contratar a estatal que os descobriu, para avaliar toda a sua extensão **04**

Reportagem **MOTOBOYS, O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO** Em São Paulo, uma cidade com o trânsito cada vez mais travado, eles se tornaram essenciais *Rafael Hernandez e Tânia Caliar* **06**

Sindicalismo **CENTRAIS RECONHECIDAS, POLÊMICA ABERTA** Entidades nacionais poderão representar os trabalhadores na Justiça. Em debate, uma nova forma de financiamento do sistema sindical *Priscila Lobregatte* **14**

Mercado editorial **CONCENTRAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO** As grandes editoras de livros, muitas estrangeiras, expandem seu domínio. As pequenas esboçam reação *Péricles Sampaio* **18**

Mercado fonográfico **O OUTRO LADO DO DISCO** O CD mergulha em crise, e o velho "bolachão" de vinil ressurge. No Brasil, até o governo atua para reativar nossa única fábrica de LPs *Lauro Mesquita* **22**

Entrevista **UMA PROPOSTA PARA O PRÉ-SAL** Ildo Sauer, um dos maiores especialistas do País na área de energia, ex-diretor da Petrobras fala a RB | *Alvaro Caropreso, Armando Sartori e Raimundo Rodrigues Pereira* **28**

Política internacional **A RÚSSIA VOLTA AO JOGO** O país mostrou força na crise da Geórgia. Os EUA pouco fizeram pelo pequeno aliado *Armando Sartori* **44**

Livro **UM DISCÍPULO DE MARX, EUCLIDES E LOBATO** Biografia destaca os intelectuais que mais influenciaram no pensamento de Caio Prado Junior, autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* *Julio Veloso* **48**



CARTAS À REDAÇÃO

Entre em contato com a redação de Retrato do Brasil. Dê sua sugestão, critique, opine. Escreva para cartas@retratodobrasil.com

Reservamo-nos ao direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

Como apoiador desta revista e conhecedor, há muito tempo, das qualidades jornalísticas do trabalho de todos e, principalmente, do Raimundo Pereira, não deveria me surpreender com o que é feito, mas a edição nº 13 me surpreendeu. A revista está mais bonita, mais agradável, mais polifônica, mais completa, mais variada e com muito mais condição de conquistar o espaço que ela merece. E isto sem perder um tico sequer da qualidade de antes. Parabéns! Espero que estas mudanças sejam o início de uma nova era. Não desistam. De minha parte, estou distribuindo assinaturas e fazendo propaganda para que mais pessoas possam ter o privilégio de lê-la. Gostaria de sugerir a criação de uma página do leitor para que possam sugerir pautas e, até mesmo, apresentar contribuições.

Hilton Oliveira (Belo Horizonte, MG)

RB agradece os elogios. Quanto à sugestão, foi colocada em prática imediatamente – sua carta inaugura o espaço para os leitores.

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira • **EDIÇÃO** Armando Sartori • **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandez • Sônia Mesquita • Tânia Caliar • Verônica Bercht • **COLABORAM NESTA EDIÇÃO** Álvaro Caropreso • Lauro Mesquita • Péricles Sampaio • Priscila Lobregatte • **EDIÇÃO DE ARTE** Ana Castro • Pedro Ivo Sartori • **REVISÃO** Silvio Lourenço • Marco Bortolazzo [OK Linguística]

VENDAS [comercial@oficinainforma.com.br] **GERENTE** Daniela Dornellas • **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho • Gabriel Carneiro

Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A.

PRESIDENTE Roberto Davis • **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro • **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira

REDAÇÃO Rua Fidalga, 146 conj. 42 • São Paulo SP • CEP 05432 000 • Telfax 11 38149030 • administracao.sp@oficinainforma.com.br

ADMINISTRAÇÃO Rua do Ouro, 1.725 2º and. • Belo Horizonte MG • CEP 30210 590 • Telfax 31 32814431 • administracao.bh@oficinainforma.com.br

ASSINATURAS vendas@retratodobrasil.com • Tel 11 38131527 • 11 3037 7316

ATENDIMENTO AO ASSINANTE assinatura@retratodobrasil.com

ESCRITÓRIO COMERCIAL EM SÃO PAULO Daniela Dornellas • Tel 11 38131527 • 11 3037 7316 • daniela@retratodobrasil.com

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • SCN Quadra 01 Bloco F • American Office Tower sala 1.408 • Brasília DF • CEP 70711 905 • Tel 61 33288046 • barroncas@poranduba.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Grecco & Melo • Rua Chave, 614 • Barueri SP • Tel 11 4198 9860

CAPA Ildo Sauer (24/9/2008) / Yuri Martins

Ponto de vista:

É HORA DE CHAMAR A PETROBRAS A primeira decisão sobre os campos gigantes de petróleo do chamado pré-sal é contratar a estatal que os descobriu, para avaliar toda a sua extensão



UMA NOVA CAMPANHA DO PETRÓ-LEO pode ter sido aberta no País, na noite do último dia 22 de setembro, no auditório da sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Num ato organizado pela Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), cerca de 200 pessoas, na sua maioria ativistas e lideranças do movimento democrático nacional ligadas à área do petróleo, ouviram o discurso de Ildo Sauer com o qual ele lançou a campanha “O pré-sal é nosso, a Petrobras é nossa, o petróleo é nosso”. Sauer foi diretor da Petrobras por quase cinco anos no governo Lula e é um dos maiores especialistas do País em energia. Na cerimônia, estava sendo homenageado, junto com o economista Paulo Metri, com o título de engenheiro honorário da Aepet. Na foto, da cerimônia, Sauer está à direita de Maria Augusta Tibiriçá Miranda, 91 anos, que foi ativista da campanha “O petróleo é nosso”, dos anos 1950. À esquerda, está Ruy Gesteira, diretor da associação dos engenheiros da Petrobras.

Dias antes, **RB** ouviu Sauer por cerca de seis horas. No texto a seguir, a revista apóia a campanha que ele lançou.

*Cuidado, meu presidente
Prá a águia não por a garra
E o velho leão, na marra,
Não morder o que é da gente...
Bandeira verde na frente
Dos anseios da nação
Bote esse óleo na mão
De uma autêntica estatal,
LULA SEGRE O PRÉ-SAL
QUE A GENTE ENFRENTA A PRESSÃO*

Crispiniano Neto

O poeta de cordel Crispiniano Neto de certo modo toca no problema político criado a partir do anúncio da existência de enormes jazidas de petróleo no chamado pré-sal, pela Petrobras, no ano passado. Quem deve botar a mão no óleo? Deve ser a Petrobras? Mas ela é “uma autêntica estatal”?

OS CRÍTICOS DA PETROBRAS

Já em novembro do ano passado, o então ministro interino das Minas e Energia, Nelson Hübner, separou os interesses da Petrobras dos interesses do País. Ele declarou, a respeito dos blocos retirados da Nona Rodada de licitação por estarem em

torno de Tupi, onde a Petrobras constatou a primeira reserva gigante de petróleo do pré-sal: “Uma coisa precisa ficar clara: vamos entregar esses blocos para o Brasil e não para a Petrobras”. E, mais recentemente, neste ano, pelo teor de algumas de suas declarações, o próprio presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, endossou as críticas de Hübner à estatal. Ele ironizou a Petrobras ao dizer que, em breve, ao contrário de hoje, o presidente da estatal é que escolheria o presidente da República.

Sauer foi o primeiro a atacar duramente os que quiseram se aproveitar dos problemas enfrentados atualmente pela Petrobras, decorrentes do fato de boa parte de seu capital ter sido vendido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, para tentar afastar a empresa de um papel determinante na condução do processo de exploração dos poços gigantes de petróleo. Ele disse, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, no começo de agosto: “Não acho que a riqueza gerada por essa nova fronteira de exploração deva ficar exclusivamente com a Petrobras. Mas, tirar dela o direito de explorar essa nova área é um crime, é ingenuidade ou má-fé”.

A proposta que se delineava então, e

aparentemente ainda se mantém, é a de criar uma pequena empresa que, em nome do governo, administraria a contratação da produção de petróleo por qualquer tipo de empresa na área do pré-sal, mantendo-se a Agência Nacional do Petróleo (ANP) em funcionamento e realizando leilões de concessão para todas as outras áreas. “É ingênuo acreditar que uma nova empresa, com uma centena de pessoas, nomeada a partir do Palácio do Planalto, possa supervisionar esse processo complexo e resistir às pressões dele decorrentes”.

AS DECISÕES DO MOMENTO

A posição finalmente formulada por Sauer, na longa entrevista que nos concedeu, e no discurso que fez na ABI ao propor a nova campanha do petróleo, parte de um ponto essencial. A Petrobras é, ainda, a despeito do esforço de privatizá-la nos governos neoliberais, uma empresa com uma cultura nacional; está sob controle estatal; e é um dos maiores patrimônios econômicos e técnicos do País. Foi ela que descobriu as jazidas gigantes do pré-sal. Foi a estatal que, a partir da concepção científica de formação da estrutura geológica do litoral brasileiro, na parte que esteve unida ao continente africano há 110 milhões de anos, formulou o modelo do aprisionamento do petróleo sob a camada de sal, o testou na prática e encontrou as jazidas. Há dez anos, desde que a Petrobras foi obrigada a devolver as áreas de exploração que tinha como monopólio, inúmeras empresas privadas e praticamente todas as grandes petroleiras multinacionais estão instaladas nas águas de exploração econômica exclusiva do País. Mas nenhuma delas passou sequer perto de fazer a descoberta.

Não tem, de fato, como diz Sauer, nenhum sentido tentar dar à Petrobras um papel subalterno na exploração do petróleo descoberto. Mais ainda, ele aponta para as duas decisões centrais a serem tomadas neste momento:

- É preciso, em primeiro lugar, declarar que está caduco o modelo de concessão de áreas de exploração de petróleo na região do pré-sal. As concessões se baseavam na existência de risco exploratório. As empresas recebiam um prêmio por correr esse risco. Mas o risco não existe mais. Os contratos de concessão atuais para a área do pré-sal são como a venda de bilhetes que se

sabe antecipadamente premiados. Eles não têm mais sentido”.

- Em segundo lugar, a União deve contratar a Petrobras para definir com precisão toda a extensão da descoberta, para saber se o País tem em suas mãos um continente de petróleo, que se estende numa faixa de cerca de 200 quilômetros de largura entre o Espírito Santo e Santa Catarina, caso em que suas reservas estarão no nível das da Arábia Saudita. Ou se se trata de um arquipélago, de poços gigantes de petróleo separados uns dos outros, em forma de ilhas, caso em que a riqueza descoberta nos torna ricos em petróleo como a Venezuela.

Sauer estima que, com 6 bilhões a 10 bilhões de dólares, que em 2 ou 3 anos pagariam os trabalhos de avaliação e perfuração de cerca de cem poços na região do microbiolito – a área de rochas ancestrais embebidas de óleo, sob a camada de sal – a Petrobras pode realizar o trabalho de avaliação da extensão da descoberta e fazer um plano preliminar de aproveitamento de toda a área.

AS AMEAÇAS AO PETRÓLEO

Essa definição preliminar é indispensável também porque o petróleo do pré-sal está ameaçado, diz Sauer. A Petrobras já disse que o petróleo de lara, uma das áreas concedidas a ela pela ANP, se estende para outros campos, para além da área. E há várias áreas concedidas a empresas estrangeiras, ou isoladas ou em consórcio com a Petrobras, mas sob a direção delas. Quem dirá se elas contêm petróleo de áreas contíguas, que deverá ser da União, visto que as licitações na área do pré-sal estão suspensas? Sem uma atitude mais clara e imediata de definir a extensão das jazidas, quem garante que outros aventureiros não irão disputar um espaço para colocar suas sondas na região? Tupi, a maior descoberta até agora, está perto dos limites da Zona Econômica Exclusiva do país, definida pela Convenção dos Direitos do Mar da Jamaica de 1982, mas não aceita por alguns países, entre eles, destacadamente, os Estados Unidos.

Sauer lembra: não é sem motivo que os EUA reativaram recentemente a Quarta Frota criada por ocasião da Segunda Guerra. As reservas de petróleo estão cada vez mais distantes das multinacionais petroleiras dos países ricos e cada vez mais sob o controle dos governos e das estatais dos países do Terceiro Mundo, diz ele. O controle do petróleo deixou de ser um problema do mercado para ser

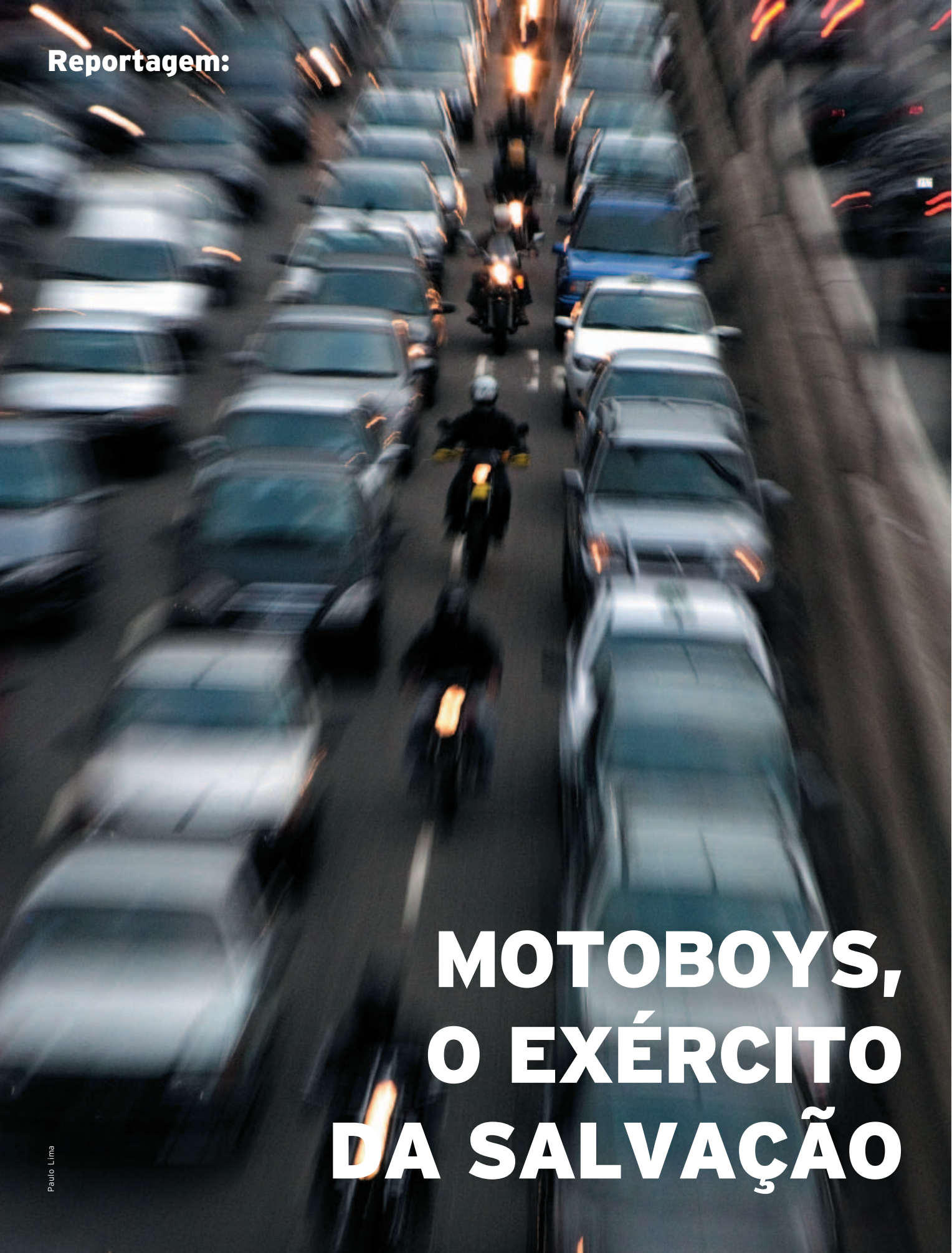
uma questão de geopolítica. Em setembro, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou entrevista do professor James Russel, do Centro de Estudos de Conflitos Contemporâneos, da Escola de Pos-Graduação Naval de Monterey, na Califórnia, com a mesma conclusão: “Os Estados serão levados à idéia de intervenção militar para tentar contrabalançar as tendências negativas dos mercados. Na medida em que a confiança no mercado for perdida, veremos o uso da força ser considerado uma ferramenta para lidar com suas situações energéticas”. O professor Russel relaciona várias formas de militarização de recursos energéticos que incluem tomadas de ativos de energia e confronto bélico por áreas identificadas como santuários de novas reservas.

A SOLUÇÃO PALACIANA

A criação da nova estatal parece uma solução palaciana para um problema não suficientemente debatido. Sauer lembra, a nosso ver com razão, a experiência da adoção de um novo modelo para o setor elétrico no governo Lula. Ele foi o principal teórico na organização do novo modelo. Quando esse modelo ficou pronto, ele deixou o Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo e foi ser diretor da área de gás e energia da Petrobras. De repente, em 2005, diz Sauer, se deu conta de que estavam fugindo do setor elétrico estatal bilhões de reais, por meio de manobras, por jogos financeiros e de negócios.

Sauer lembra que as pressões sobre o setor petroleiro serão muito maiores. O dinheiro em jogo na disputa pela apropriação da renda gerada no setor elétrico ficou na casa de 10 bilhões a 20 bilhões de reais, em três anos. No caso do petróleo, poderá ser de 1 bilhão de reais por dia, diz ele.

Já no caso da licitação das áreas de petróleo no pré-sal, vêem-se indícios dessas disputas, aparentemente resolvidas em manobras palacianas. A Petrobras pressionou para que fossem retirados da Nona Rodada de Licitação todas as áreas de petróleo onde está detectada a formação de microbiolito sob o sal. Depois de muita pressão, o governo resolveu retirar 41 blocos da licitação, à véspera dos leilões. Mas não retirou os blocos que estavam na área “no chamado arco de Cabo Frio, finalmente arrematados por notório empresário nacional, que recrutou quadros técnicos na Petrobras, na antevéspera do leilão”. ■



Reportagem:

MOTOBOYS, O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO

Em São Paulo, uma cidade com o trânsito cada vez mais travado, eles se tornaram essenciais. São centenas de milhares de profissionais, gente como Leonel e Renato, que arriscam a vida diariamente para atender as urgências da economia pós-industrial | Rafael Hernandez e Tânia Caliarí

A galhofa rola solta entre os motoboys estacionados ao lado da biblioteca Mário de Andrade, no centro de São Paulo, quando Leonel é chamado pelo celular para seu primeiro serviço daquela terça-feira fria e úmida de setembro. Já passa de meio-dia e, segundo os profissionais do motofrete ali reunidos, a demanda por entregas rápidas realmente cai na terceira semana de cada mês. A missão de Leonel é trivial: pegar um envelope na zona oeste e trazê-lo para uma empresa no centro da cidade.

Sobre sua moto cinza brilhante, recém-comprada com financiamento de dois anos, Leonel se livra dos carros encravados na estreita rua Sete de Abril e toma o rumo da rua da Consolação, porta de saída para o lado oeste da cidade. A partir dali, o experiente motoboy, 24 anos de vida e cinco sobre uma moto fazendo entregas, começa a costurar entre os carros, sempre na briga pela *pole-position* entre os motoqueiros barrados a cada parada imposta pelo sinal. Na disparada, as motos fluem, mas o caminho asfaltado está longe de ser suave. O chão irregular impõe ao piloto, e à repórter de RB, que vai de carona, uma vibração constante e solavancos amiúde.

O fluxo do trânsito se adensa, e o número de motociclistas aumenta ao longo da avenida Rebouças. Incrivelmente, todo aquele contingente sobre duas rodas — oito, nove motocicletas só na linha de frente — consegue manter o prumo de suas máquinas ao passar em alta velocidade sobre um grande desnível na entrada da ponte sobre o rio Pinheiros. Resistem ao grande baque, cruzam a ponte e, do outro lado, o ar fétido que vem do rio vai ficando para trás. Como demora a aparecer um retorno ao longo da avenida Francisco Morato, Leonel improvisa a mudança de 180 graus no sentido de sua moto num semáforo onde a conversão não é permitida.

No corredor entre os carros, Leonel desvia dos espelhos retrovisores e às ve-

zes precisa manter o equilíbrio tocando o solo com o pé. Sai finalmente da grande avenida e segue morro acima por uma ruazinha de bairro. Ao chegar à casa do cliente, o motoboy se anuncia, enquanto verifica no espelho da moto os resquícios de um mosquitinho que atingiu um de seus olhos. Pudera, corre o tempo todo com a viseira do capacete levantada, assim como a maioria dos pilotos com quem cruza pelo trajeto.

Na volta, documento amparado entre o peito e a jaqueta, Leonel atravessa impávido o túnel sob a Rebouças, enquanto carros e mais carros sucumbidos naquela armadilha não conseguem avançar sequer um metro. De volta ao centro, foram 22 km em 50 minutos, contando com a demora do cliente em entregar os papéis. Não é mau. É o desempenho esperado daquele trabalhador cuja função foi criada ao longo das últimas décadas para suprir as necessidades de uma época em que os negócios andam a mil e a cidade... segue cada vez mais lenta.

São Paulo, a cidade na qual Leonel circula em todas as direções a partir de sua base no centro, está encravada numa mancha urbana que reúne 39 municípios e cujo número de habitantes é de aproximadamente 20 milhões — 10% da população brasileira reunida em menos de 1% do território nacional!

REINO DO AUTOMÓVEL

Esse enorme espaço metropolitano construído sobre o platô que se espalha para o oeste a partir da Serra do Mar é cortado por milhares e milhares de vias, ruas, avenidas, túneis e viadutos. Os quilômetros ocupados pelos trilhos de trens e metrô são poucos nesse ambiente no qual sempre se privilegiou o suporte rodoviário para a mobilidade, baseada em meios individuais de transporte. Para servir os municípios da região, existem apenas 257,5

km de linhas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e outros 61,3 km da Companhia do Metropolitano de São Paulo, o Metrô, na capital. Em termos de comparação, Nova York possui 479 km de linhas de metrô, e Londres, 443 km. Mesmo uma cidade como Santiago (Chile), localizada em um país em desenvolvimento como o Brasil e com uma população de 5,5 milhões (metade da paulistana), possui uma malha metroviária maior, de 83,2 km.

Diariamente, a população motorizada se confronta na disputa pelo espaço cada vez mais exíguo do trânsito. Quem vai de transporte público, além de enfrentar cotoveladas nos ônibus lotados e nos trens, também sofre com a lentidão: um morador do Grajaú, na zona sul de São Paulo, que trabalhe próximo à praça da Sé, no centro histórico da cidade, distante cerca de 25 km de sua casa, demora nada menos que 244 minutos (mais de quatro horas) para ir ao trabalho e voltar. Mesmo assim, em 2007, pela primeira vez desde 1967, a tendência de uso cada vez maior do transporte individual em detrimento do coletivo foi revertida. Segundo a *Pesquisa Origem-Destino* (OD), produzida pelo Metrô, entre as viagens feitas por transportes motorizados, 55% foram realizadas nos coletivos e 45% em veículos individuais, uma conquista em relação a 2002, quando 52,3% eram feitas por carros e 47,7% por transporte coletivo. No total, são cerca de 25 milhões de viagens/dia por veículos motorizados na capital, sendo 13,8 milhões por transporte coletivo e 11,2 milhões por veículos individuais. Das viagens restantes, são 12,3 milhões de deslocamentos de pedestres/dia e 0,3 milhão/dia com bicicletas.

A motocicleta, mesmo sendo uma solução individual de transporte, ocupa menos espaço e é, portanto, mais ágil. Foi com a moto que Leonel descobriu a cida-

de e um modo de ganhar a vida. Morador do Canta Galo, região favelizada no extremo norte de Pirituba, populoso bairro da zona norte da cidade, ele vive com a mulher, Tati, e a filha, Joyce, de 5 anos, na casa de três cômodos construída sobre uma rocha nos fundos do terreno de sua mãe. Até se tornar motoboy, o seu mundo se limitava àquele bairro. Como acontece geralmente com as crianças de periferia, tinha ido poucas vezes ao centro da grande cidade. Leonel diz que é assim mesmo e que, quando o moleque começa a trabalhar como motoboy, sofre até se localizar no emaranhado das ruas e avenidas, mas que depois curte a liberdade sobre duas rodas e passa a ser “o cara” que conhece a cidade.

Joyce ainda não vai à escola, mas, ao ver o pai chegar depois do dia de trabalho, corre para mostrar que escreveu seu nome copiando as letras grandes da avó. Para esperar a volta de Tati do trabalho, Leonel passa um café. O noticiário da TV informa: há 167 km de lentidão no trânsito naquele início de noite, marca alta para uma terça-feira. Leonel até que veio rápido, mesmo enfrentando o chuveiro que deixava mais escorregadio o asfalto da marginal do rio Tietê. O trajeto de 18 km do centro até sua casa foi feito em 20 minutos, tendo costurado muito entre os carros e passado sobre algumas calçadas. “Normal”, diz.

MAIS CARROS, MAIS MOTOS

No dia-a-dia da profissão, porém, Leonel e seus colegas têm notado que o trânsito vem piorando até para os motociclistas. Confessa que às vezes tem de forçar a passagem nos corredores entre os carros, pressionar um motoqueiro mais tranquilo para lhe dar passagem. E a tendência é de que esse aperto aumente. Segundo o Detran, entre o início de junho e o fim de julho deste ano, foram emplacados na cidade 830 carros e 29 caminhões em média, por dia. Em 2003, esses índices eram bem menores. O de carros era de pouco mais de 292 por dia. E o de caminhões era insignificante se comparado ao de agora: 2 por dia. A frota de motocicletas também não pára de crescer. Se em 2001 havia quase 229 mil motocicletas em São Paulo, em 2007 já eram mais de 506 mil.

Lucas Pimentel, presidente da Associação Brasileira de Motociclistas (Abram), acredita que esse aumento se deve muito



Paulo Lima

Leonel, 24 anos, 5 como motoboy: mil reais por mês para sustentar dois filhos e pagar a moto

ao sistema de transporte coletivo ruim. “O que os trabalhadores pagam com transporte coletivo eles usam para comprar uma moto em prestações, conseguem juntar um pequeno patrimônio e ainda possuem um veículo para o lazer do fim de semana”, diz.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo fez um estudo em 2007 contabilizando as motocicletas na cidade a partir da observação do trânsito e constatou que a porcentagem das motos que rodam a serviço também é crescente, passando de 65% do total das

motocicletas em 2001 para 71% no ano passado. Esse alto índice de motociclistas profissionais se dá também porque o universo pesquisado (motos nas ruas em um determinado período de tempo) não inclui todas as motos da cidade, visto que os motociclistas não-profissionais muitas vezes não usam suas motos no cotidiano.

No escritório da Secretaria Estadual de Saúde, na rua Conselheiro Crispiniano, no centro, o coordenador da área de saúde trabalhista, Koshiro Otani, médico especialista em saúde pública e medicina do trabalho, tem observado o aumento dos motociclistas no trânsito e anda preocupado com a vulnerabilidade do trabalhador motofretista, como denomina os moto-boys. Aos 56 anos, Otani é motociclista há 30 e, eventualmente, vai trabalhar de moto, saindo do bairro da Saúde, onde mora, na zona sul, para o centro. Seu trajeto inclui a famigerada avenida 23 de Maio, temida pelo seu trânsito intenso e de alta velocidade e por ter várias vias de acesso e saída, o que implica em constantes mudanças de faixa pelos veículos. No trânsito sobre duas rodas, torna-se inevitável para Otani observar como os motoristas de carro se comportam com relação às motos. “Se você está de carro, você entra numa faixa ou numa curva, o outro carro diminui a velocidade para você passar. Se um motociclista tenta entrar numa curva, o carro não respeita seu espaço, acha que a moto pode desviar ou passar num espaço mínimo. Isso é ignorância dos motoristas e preconceito no trânsito, o mesmo preconceito que faz com que você respeite mais um carrão importado do que um carro popular. Isso não é correto, mas é comum.”

FENÔMENO NACIONAL

Outra coisa que o veterano motoqueiro observa em seu caminho é o estado das motos dos motoboys. “Motociclistas tem a mania de comparar sua moto com as dos outros. E as dos motofretistas são uma tristeza... Eles não têm condições de fazer uma boa manutenção, trocar os pneus, repor retrovisor, que perdem a toda hora. A condição dessas motos deixa os trabalhadores ainda mais expostos aos rigores do trânsito”, diz Otani, que tem acompanhado com atenção o aumento do número de motociclistas em todo o Brasil.

A venda de motocicletas no País subiu 131% entre 2001 e 2007, de 692 mil para 1,6 milhão. “Além do uso da moto como transporte particular, tem crescido o número de mototáxis nas cidades do interior e de algumas capitais, tem moto tocando gado no sertão do Nordeste, e até nas cidades pequenas e médias chegaram os motofretistas entregadores de gás de cozinha e água. O fenômeno da utilização econômica da moto é nacional. Nessa profissão de entregas rápidas, exige-se o máximo para satisfazer o cliente. E, para atendê-los, os motofretistas, que geralmente não têm seus direitos trabalhistas respeitados, por sua vez não respeitam sinais de trânsito, não respeitam calçadas, não respeitam contramão. E somos coniventes com isso: ninguém come pizza fria”, diz Otani.

Não longe do escritório do Dr. Otani há um grande número de pontos de estacionamento de motos na rua, conhecidos como bolsões, onde os motoboys encostam seus instrumentos de trabalho à espera de uma ordem de serviço. Neles se tem uma amostra do perfil traçado a partir do estudo da CET, que mostra que 99,5% dos motofretistas de São Paulo são homens, 74,9% têm entre 18 e 36 anos, 96,9% possuem até o 2º grau completo (sendo que 41,6% possuem até o 1º grau). De acordo com a pesquisa, 54,6% estão no máximo há cinco anos na profissão.

No vaivém dos bolsões das ruas Bráulio Gomes e Xavier de Toledo, que reúnem uma frota flutuante de cerca de 40 motos cada um, os rapazes se identificam apenas pelo primeiro nome e falam rapidamente sobre o seu trabalho, na pressa de saírem para mais uma missão. “Já entreguei flores, fezes para exame, dentadura, lentes, pênis de borracha, cheque, passagem e passageiro, peixe no aeroporto, formol para funerária...”, diz Rogério, motoboy há dez anos.

Já Rubens trabalha há 20 anos em cima de uma moto. Com 46 anos e quatro filhos, não quer que nenhum siga sua carreira e diz que ao longo dos anos foi mudando sua atitude no trânsito. Hoje garante ir com cuidado. “Estou mais velho, menos acelerado. Além disso, o trânsito está mais perigoso: aumentou o número de carros, aumentou o número de motos, então aumentou o atrito”, avalia. “E, mesmo indo com cuidado, olha o

meu dedo”, diz, mostrando uma falange da mão esquerda remendada com pontos de linha preta.

Anderson é jovem e só tem um ano como motoboy, mas também diz ser tranquilo, andar devagar. Mesmo assim, já caiu duas vezes. “Esse serviço é para louco”, diz Cláudio, 39 anos, que já ganhou 50 pontos na perna depois de topor com a moto numa porta de carro aberta de supetão no meio do trânsito. Trabalhou como despachante, vendedor, bancário e há cinco anos é motoboy. “O mercado vai mudando e a gente vai se mexendo. Para que serve despachante hoje? Acho até que o serviço de motoboy vai acabar também, quando passar a valer algum tipo de assinatura pela internet”, reflete. Como pretende se casar no ano que vem, aliança no dedo, Cláudio se esforça para juntar os 3 mil reais para comprar a geladeira que a noiva quer.

SEM ELES, TUDO PÁRA

Márcio, 30 anos, tornou-se motoboy há 12, assim que conseguiu a habilitação. Teve quatro acidentes, e um deles lhe rendeu 43 pontos no pé, que o tiraram da lida por apenas uma semana. “Tinha de trabalhar...” Gosta do serviço que faz e acha que, em outro ramo, tendo o ensino médio completo, não conseguiria a renda de 1,4 mil reais com a qual cria suas duas filhas. Para ter remuneração semelhante, Gilberto, há nove anos na rua, faz três turnos de trabalho, entregando pizzas à noite no seu bairro. Ele acredita que a profissão tem futuro. “Sem o motoboy, a cidade pára.”

Quando se imagina que a cidade possa parar sem os motoboys, provavelmente considera-se que as atividades econômicas da cidade, que sofreu longo processo de desindustrialização e crescimento do setor de serviços, estejam ancoradas num ágil esquema de trocas, em que o arranjo virtual de um negócio não pode prescindir do mundo material (ao contrário do que previam os gurus da era pós-industrial), na forma de produtos, mercadorias e documentos que têm de ser deslocados pela agilidade de uma moto.

Como diz o pesquisador Eugenio Paceli Hatem Diniz, da Fundacentro, fundação ligada ao Ministério do Trabalho, em sua tese de mestrado sobre os motoboys defendida na Universidade Federal de Mi-

nas Gerais, “cada toque no mouse que fecha um negócio via internet, ou telefona-
ma ao fornecedor, aciona a ignição de um
exército de motociclistas, que rapidamente
estabelece a conexão de uma rede
mercadológica fornecedor-cliente”.

Eliezer Muniz, 42 anos, motoboy por
15 anos, viu esse mundo dependente do
motoboy nascer. Muniz chega atrasado
para a entrevista. Vinha da USP, aonde
tinha ido buscar um diploma. Não se tra-
tava de uma entrega, era o seu diploma
de graduação no curso de Filosofia. “Pou-
cos motoboys devem ter um desses”, diz,
tirando o documento rebuscado do en-
velope. Muniz foi curador do projeto
Canal Motoboy, idealizado pelo artista
plástico espanhol Antoni Abad, que em
2007 colocou celulares de última geração
nas mãos de 12 motoboys de São Paulo
para registrarem em fotos, vídeos e peque-
nos textos seu dia-a-dia. Esse material
municia até hoje um site na internet
(www.zexe.net/SAOPAULO), que dá vi-
sibilidade e voz para uma categoria geral-
mente discriminada.

ELES GANHAVAM BEM

Muniz se considera da primeira gera-
ção de motofretistas da cidade de São Pau-
lo e viu a situação desses profissionais se
deteriorar. No fim dos anos 1980, dei-
xou seu posto de programador de com-
putador de uma empresa para fazer o tra-
balho do sujeito que levava e buscava
material na sua seção. “Eu adorava mo-
tocicleta, e um dia perguntei para ele: E
eles te pagam para andar de moto?”. E
pagavam bem. Eliezer chegou a ganhar o
equivalente a dez salários mínimos quan-
do, segundo ele, todos os 3 mil motofre-
tistas de São Paulo tinham carteira assi-
nada no início dos anos 1990.

As condições começaram a piorar em
meados daquela década, em razão da con-
corrência barata, surgida com o aumento
do desemprego, com a terceirização de-
senfreada no setor de serviços e com a
generalizada desregulamentação trabalhis-
ta. Grande parte das empresas que neces-
sitavam de entregadores demitiu os fun-
cionários que atuavam nesse serviço e
passou a contratar mão-de-obra de ter-
ceiros, enquanto as empresas de moto-
frete que registravam seus funcionários
sentiram a concorrência de grupos que
reuniam motociclistas autônomos sem

qualquer regulamentação e cobravam
pouco pelos serviços.

Acompanhando essa lógica de grande
flexibilização, existe hoje uma enorme la-
cuna na regulamentação da categoria e dos
serviços de motoboy no Brasil. Sobre a
atividade fretista, o Código de Trânsito
Brasileiro de 1998 determina que os veícu-
los que transportam pessoas ou cargas só
o podem fazer com a devida autorização
do poder público concedente, as prefeituras
municipais. Já a resolução nº 219, do
Conselho Nacional de Trânsito (Contran),
estabelece o padrão de uso de capacetes,
coletes e baús de carga. No entanto, pou-
cos são os municípios que já regulamentaram
essas matérias.

Em São Paulo, um decreto de 2005 e a
Lei Municipal nº 14.491, de maio de 2007,
regulamentam o serviço. Pela “Lei do
Motofrete”, o serviço de entrega e coleta
de pequenas cargas por motocicletas só
pode ser feito por profissional autônomo
ou por pessoa jurídica, desde que obtida
licença para operação do serviço. Para ser
um autônomo regulamentado, o
motoboy deve obter o Condumoto, a li-
cença cedida pela prefeitura para exercer a
atividade, que implica em fazer curso es-
pecial de motofrete e de pilotagem segura
e trabalhar com equipamento de proteção
individual adequado. Além disso, o
motoboy deve ter uma moto registrada
em seu nome, que não tenha mais do que
oito anos de fabricação, possua placa ver-

melha (veículo enquadrado na categoria
aluguel) e seja aprovada em vistoria anual.
As empresas de motofrete também devem
cumprir várias exigências, entre as quais re-
gistrar seus motoboys e manter apólices
de seguro de vida.

Segundo dados não oficiais, existiriam
hoje entre 3,5 mil e 8 mil empresas de
motofrete em São Paulo, mas o site da pre-
feitura oferece uma lista de apenas cerca de
400 credenciadas e cadastradas.

ILEGALIDADE É REGRA

Representantes dos motociclistas dis-
cordam de vários pontos da nova norma.
Segundo Pimentel, a lei cria barreiras para
a regulamentação dos motoboys. “Por
exemplo, hoje, mais de 60% das motos
não estão no nome do motoboy. Frequen-
temente, o motofretista tem restrições no
nome ou não tem como provar renda, pois
trabalha de maneira informal. A moto é
comprada em nome de outra pessoa. Por
isso, defendemos um ou dois anos de
transição para esse item.”

A lei entrou em vigor em janeiro deste
ano, mas, como os motofretistas têm pra-
zo até a data do licenciamento anual de
suas motos para se regularizarem, só vale-
rá por completo em janeiro de 2009, quan-
do acabar o prazo de licenciamento.

Do ponto de vista da legislação traba-
lhista, os motofretistas podem atuar sob
duas condições: trabalhar contratados por
empresas, com carteira assinada, de acordo

Otani, médico do trabalho: motoqueiros enfrentam ignorância e preconceito



Paulo Lima



Bolsão de estacionamento de motos no centro paulistano: no local, os motoboys aguardam novo chamado

com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou ser autônomos, pagando Imposto sobre Serviços (ISS) para a prefeitura, como prestadores de serviço.

O certo é que, na prática, a história é outra. A situação “clandestina” prevalece entre as empresas e vigora nos dois regimes de trabalho. Segundo levantamento da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-SP), divulgado em janeiro passado, existem 140 mil motoboys em atividade em São Paulo (há quem estime que sejam 300 mil), dos quais apenas 18 mil trabalham com carteira assinada, e outros 40 mil trabalham de forma autônoma (a maioria sem o Condumoto, sendo, portanto, irregular). A grande maioria, cerca de 80 mil, trabalha para empresas sem ter registro profissional.

Além das grandes empresas de motofrete, com dezenas de motociclistas, equipes de telemarketing, setor de Recursos Humanos e de expedição, que têm mais condições de se regularizarem, o mercado está coalhado de empresas médias e pequenas.

Numa sala no centro paulistano, Gil Manicoba e sua esposa, Antônia, coordenam o trabalho de 18 motoboys que lhes prestam serviço de forma autônoma, sem vínculo empregatício. A empresa é pequena. Antonia atende os telefonemas dos cli-

entes e organiza o fluxo das entregas, a contabilidade e os pagamentos por um programa de computador especialmente desenvolvido para a área, o Motosoft. Gil, diante de uma lista de empresas de engenharia que consulta na internet, elabora uma mala-direta para divulgar seus serviços. O computador também possibilita a visualização de mapas da cidade pela internet. Os dois monitoram e orientam, por celulares, os motoqueiros na rua.

“Eu cobro do cliente nove reais a hora, e pago seis para o motoboy. Com o resto, tenho de pagar esta estrutura: o aluguel, os telefones, os anúncios que temos na internet, o pacote do serviço celular corporativo usado por cada motoboy. Tenho também um seguro de vida para eles”, diz Gil, que há apenas um ano passou a ser patrão.

A tarifa de nove reais paga por hora de serviço de motofrete na cidade de São Paulo foi estabelecida pelo mercado, de maneira informal, em meados de 1998. Diante da forte concorrência e da desarticulação política dos motoboys, a categoria nunca conseguiu que essa tabela fosse reajustada, mesmo com o aumento dos custos, como da gasolina, que passou de R\$ 0,80, no começo de 1998, para os atuais R\$ 2,30. Diante dessa defasagem, o preço da hora passou a ser usado como uma unidade de

conversão do valor do serviço, e não corresponde ao tempo levado para fazer uma entrega. O valor mínimo cobrado para a saída são duas horas. Para fazer o serviço na Vila Sônia, território da zona oeste além do rio Pinheiros, Leonel ganhou o mínimo de três horas, 18 reais, tendo feito o trabalho em 50 minutos.

Nesse arranjo de prestação de serviços, o motoboy, além de ser o proprietário da moto, deve arcar com o combustível e a manutenção. A seu cargo estão ainda o IPVA e o seguro obrigatório, o DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre). Se quiser maior cobertura dos riscos, tem de pagar do seu bolso a Previdência Social e um plano de saúde. A marmita esquentada no forminho elétrico na salinha apinhada de rapazes que aguardam uma corrida também é por sua conta.

NA PRAÇA, O ESCRITÓRIO

Leonel consegue ganhar cerca de 1,4 mil reais por mês com suas entregas, mas gasta em média 250 reais mensais com combustível, 50 reais com óleo, além da troca de pneus a cada cinco meses e eventualmente uma peça. No fim, sobram mil reais para viver, sustentar dois filhos e pagar os 240 reais de financiamento da moto. “O difícil nesse ramo é se estabele-

cer na concorrência, regularizar tudo, ganhar clientes fixos, manter na empresa motoboys responsáveis e fiéis”, diz Romeu Antunes, concorrente de Manicoba no centro. “Mas a princípio basta abrir uma salinha, com um computador e um telefone, e sempre vai aparecer um rapaz de moto para pegar o serviço”, diz.

Na verdade, Maria Paula, novata no ramo, mostra não ser necessária nem mesmo essa estrutura mínima para entrar no mercado. “PP Transportes, boa-tarde! Ah, o senhor gostou do serviço? Desculpe a demora, é que foi difícil encontrar o endereço, mas da próxima vez não vai ter isso, não. Já está anotado aqui na sua ficha, obrigada.” Maria Paula atende o cliente por um aparelho celular que recebe ligações feitas para um número fixo. A “ficha” do cliente está registrada à caneta num bloquinho de anotações. Maria Paula está sentada no banco de uma praça, provisoriamente o “escritório” da empresa que dois amigos motoboys acabaram de abrir. “Vou te mostrar a empresa”, diz, tirando da mochila um guia de ruas da cidade e um bloco de ordem de serviço que, em duas vias, faz as vezes de recibo e controle de serviço. Se houver necessidade de emitir nota fiscal, imprime uma no apartamento de um amigo ali perto. “Agora os meninos ficam com os nove reais todos para eles. Eu ganho um salário mínimo, venho de carona na moto deles, que são meus vizinhos, e trago meu almoço de casa... Assim, a mão-de-obra tem de ficar barata mesmo, né?”, diz Maria Paula, mostrando-se a par de como as coisas funcionam.

VULNERABILIDADE

Além da imensa informalidade na área, a fragilidade da categoria dos motoboys se reflete também na disputa por sua representação sindical. No estado de São Paulo, são três entidades que se julgam as verdadeiras representantes dos motoboys: o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas do Estado de São Paulo (Sindimotosp), o Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas de São Paulo (Sindimoto) e a Associação dos Mensageiros e Motociclistas e Mototáxi e Afins do Estado de São Paulo (AMMSP).

As poucas vitórias da categoria foram obtidas por ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho, como no caso da rede de fast food Habib's. A empresa



Casa de Leonel, zona norte paulistana: a filha Joyce passa o dia com a avó

foi denunciada pela Procuradora do Trabalho Vera Lúcia Carlos devido à sua propaganda garantindo a entrega dos pedidos em domicílios em 28 minutos. Em junho passado, a empresa teve de assinar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta se comprometendo a não penalizar os entregadores caso não cumprissem o prazo.

Várias análises, como a do Dr. Otani e a do pesquisador Diniz, têm apontado que as condições precárias de trabalho e as pressões por rapidez do mercado de entregas deixam os trabalhadores motociclistas mais vulneráveis a acidentes. De modo geral, a quantidade de motociclistas mortos no trânsito tem aumentado em todo o Brasil, como mostra o Mapa da Violência dos Municípios, de 2008: houve uma alta de 83% no número de motociclistas mortos entre 2002 e 2006, passando de 3,7 mil para 6,8 mil.

Na cidade de São Paulo, a proporção de motociclistas mortos em relação ao total de vítimas fatais provocadas por acidentes de trânsito aumentou, passando de 22% em 2004 para quase 30% no ano passado. Em 2007, as motos estiveram envolvidas em 34% dos acidentes fatais, perdendo apenas para os automóveis (38%), embora a frota de motos corresponda a aproximadamente 12% do total dos carros da cidade.

O quadro mais geral de acidentes no Brasil é feio. No País inteiro, as mortes ocorridas no trânsito aumentaram mais de 5,5% em quatro anos, passando de 33 mil em 2002 para 35 mil em 2006. No estado de São Paulo, a alta dos acidentes de trânsito gerou uma situação inusitada, impensável há oito ou dez anos: o número de homicídios culposos (sem intenção, 90% dos quais ocorridos em acidente de trânsito

to) ultrapassou o de homicídios dolosos (com intenção) tanto no segundo semestre de 2007 quanto no primeiro semestre deste ano. Segundo a Secretaria de Segurança Pública paulista, na metade final do ano passado, o número de homicídios culposos foi 2,4 mil, enquanto o de dolosos foi 2,1 mil. O que explica isso, segundo a análise da secretaria, é que ocorreu uma queda acentuada do número de assassinatos no estado, simultaneamente

ao aumento da fatalidade nos acidentes de trânsito. De acordo com as estatísticas policiais, em 1999, o número de homicídios culposos (5 mil) era pouco maior que 40% dos dolosos (12,8 mil).

"É UM TRABALHO ARRISCADO"

Quando não matam, os acidentes que envolvem motocicletas podem deixar sequelas graves. Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(Ipea), em 71% dos acidentes com esses veículos, os feridos precisam de assistência hospitalar. Nos casos de outros tipos de veículos, isso ocorre com apenas 7% das vítimas.

Naquela terça-feira, Renato, 27 anos e sete de profissão, estava com mais sorte que seu amigo Leonel. Pegou vários serviços logo cedo e, no início da tarde, já havia ganhado o equivalente a dez horas. A sorte, no entanto, nem sempre esteve do lado de Renato, que há quatro anos perdeu 90% da visão de um dos olhos depois que uma brita lhe atingiu o rosto quando rodava, a serviço, na marginal do rio Pinheiros. A pedrinha teria saltado com a passagem de um carro e o pegou sem viseira. Como foi deixando de enxergar com o olho atingido, Renato procurou se tratar. Mas não deu sequência aos tratamentos médicos, seja por estar desempregado e não poder comprar os remédios prescritos, seja por não ter tempo de comparecer a uma clínica distante de seu trajeto quando finalmente voltou a trabalhar.

E Renato voltou a trabalhar como motoboy! Hoje, circulando no trânsito que mais mata no País, dirige sem ter visão do que acontece do lado esquerdo de sua moto. "Com esse olho só vejo uma nuvem branca. Isso é um problema com a aproximação dos carros, é difícil perceber se estão perto ou longe, se tem retrovisor daquele lado", diz Renato, que afirma que "só ralou" nas duas quedas que sofreu depois que perdeu a visão. Na verdade, há tempos Renato tem se safado dos grandes riscos que corre. Aos 11 anos, quando teve de deixar a escola para trabalhar como ambulante nas composições da CPTM, sarriscava-se como surfista de trem, equilibrando-se sobre os vagões em movimento. Nunca voltou a estudar e, tendo tido duas passagens na polícia, assim como seu amigo Leonel e muitos outros companheiros de profissão, teve na moto a possibilidade de sustento. Sem o olho esquerdo, o motoqueiro só continua na ativa graças à possibilidade de pagar subornos que garantem sua aprovação nos exames para renovação de documentos da moto e de habilitação e no exame médico. Perguntado se gosta de sua profissão, ao contrário da vigorosa afirmação de seu amigo Leonel, Renato responde, reflexivo: "É, em termos de não ter opção... é um trabalho arriscado". ■

Renato, 27 anos, 7 como motoboy: a profissão lhe custou a visão do olho esquerdo, mas ele continua



Yuri Martins

CENTRAIS RECONHECIDAS, POLÊMICA ABERTA

Uma antiga luta dos sindicalistas brasileiros finalmente foi vitoriosa. Em agosto, seis centrais sindicais foram formalmente reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como entidades representativas dos trabalhadores. Do ponto de vista do seu funcionamento, o que muda com a legalização é a atribuição, a cada uma das contempladas, de seu registro como pessoa jurídica capaz de, por exemplo, mover ação na Justiça ou negociar um contrato nacional com o patronato em nome dos trabalhadores.

Além disso, as centrais passam a receber uma fatia do imposto sindical arrecadado. Se antes o MTE ficava com 20% do total amealhado, agora retém somente 10% (que vão para a Conta Especial Emprego e Salário e integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT), passando os outros 10% para as centrais legalizadas. Segundo a Secretaria de Relações do Trabalho do MTE, esses 10% são referentes apenas aos valores arrecadados por trabalhadores representados por sindicatos que estejam filiados a alguma central. O dinheiro recolhido de trabalhadores representados por sindicatos não-filiados a centrais vai para o FAT. Para se ter uma idéia do volume de recursos, a arrecadação do imposto sindical entre janeiro e agosto deste ano, somando as contribuições de trabalhadores e patrões (que, obviamente, não são destinadas às centrais), foi de quase 1,4 bilhão de reais.

Para João Guilherme Vargas Neto, consultor sindical de entidades de trabalhadores, a legalização responde a um anseio antigo da vida institucional das centrais. “A constituição de uma organização central reconhecida é objeto de desejo do movimento sindical dos trabalhadores e, mesmo antes dele, já era objeto de desejo do movimento operário.”

Luiz Antônio de Medeiros, secretário de Relações do Trabalho, afirma que agora as centrais “estão dentro da estrutura sindical, assim como os sindicatos, federações e confederações”. “E o fato de não precisarem mais pedir dinheiro para seu sustento lhes garante independência financeira, a base para a independência política”, avalia.

O REGISTRO VOLTOU

Getúlio Vargas, sob cujo governo a estrutura sindical brasileira foi montada, nos anos 1930, dizia que “o sindicalismo é como um tigre: não é preciso matá-lo, é possível domá-lo”. Por isso, se por um lado Vargas legalizou os sindicatos, por outro os manteve sob sua guarda e não permitiu a criação de centrais. Naquela época, o Ministério do Trabalho determinava quais sindicatos poderiam ou não existir. Havia até uma Comissão de Enquadramento Sindical, que funcionou entre 1943 e 1946. O ministério só permitia o funcionamento de entidades sindicais legalizadas e devidamente cadastradas em seus arquivos.

A Constituição de 1988 desvinculou a organização sindical do Estado. Em 1990, o mandado de segurança 29, expedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou que o MTE fosse o responsável pelo registro. Naquele mesmo ano, foi criado o Arquivo de Entidades Sindicais Brasileiras. Em 2005, a fim de mapear quais eram os sindicatos existentes no Brasil, o ministério fez uma campanha de atualização que resultou no Novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais. Embora ainda incompleto, esse banco de informações mostra que há atualmente 8,3 mil entidades sindicais de trabalhadores, das quais 8 mil são sindicatos. As patronais são quase 4 mil entidades, e, dentre estas, 3,8 mil são sindicatos. Ao todo, de acordo com os registros, há perto de 4,3 milhões de trabalhadores sindicalizados.

O registro das entidades sindicais visa resguardar a unicidade sindical, tema polêmico entre as lideranças do setor. A unicidade foi estabelecida pela Constituição, que veda a criação de mais de uma organização sindical por categoria num mesmo município. Foi nesse mesmo sentido que, logo após assinada a lei que reconhece as centrais sindicais, foi baixada a Portaria 186, cujo objetivo é estabelecer de maneira clara as regras para o cadastro das entidades sindicais junto ao MTE.

O processo que levou à legalização das centrais começou efetivamente em 2004, com uma série de discussões que envolveram centrais e governos no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), coordenado pela Secretaria de Relações do Trabalho do MTE e que reúne 600 participantes representando trabalhadores, empresários e governo. Os critérios para a legalização foram estipulados com base em estudos do Dieese e em dados do MTE e levaram em conta a celeridade necessária para que os recursos deste ano já pudessem ser usufruídos pelas entidades. Satisfizeram esses requisitos mínimos seis centrais que dividem, em 2008, mais de 58 milhões de reais.

A lei que legalizou as centrais foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da

AS CENTRAIS LEGALIZADAS E A PARTILHA DO IMPOSTO SINDICAL As entidades vão receber 10% do arrecadado, divididos de acordo com um índice de representatividade

	Índice de representatividade	Recursos (em R\$ milhões)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	35,84%	20,87
Força Sindical	12,33%	15,80
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	6,29%	9,25
Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)	6,27%	6,99
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	5,09%	3,13
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	5,02%	2,53

Fontes: Diap e MTE

Agora, entidades nacionais poderão representar na Justiça os trabalhadores. Está em debate uma nova forma de financiamento do sistema sindical | Priscila Lobregatte

Silva em março passado. Em agosto, com base nos critérios propostos, foram anunciadas as entidades que conseguiram atendê-los.

INSTITUIÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Ao abordar o peso da decisão para a trajetória do movimento sindical, o consultor Vargas Neto divide o sistema sindical em duas frentes: instituição e mobilização. “No que tange ao aspecto institucional, a organização sindical prevista pelo varguismo não tem vértice: ela morre em cima, nas confederações. Ao longo dos anos, embora os trabalhadores, sempre que acumulavam força, procurassem constituir protocentrais, isso sempre foi reprimido.”

Por outro lado, a frente de mobilização evoluiu. Vargas Neto destaca as décadas de 1920 e de 1940, com seus movimentos “sempre reprimidos”; as “mobilizações e a CGT pré-golpe de 64 e o ano de 1978, que chamamos de renovação”. No Brasil, salienta o consultor, “experimentamos um caminho *sui generis*: a constituição de centrais pelo movimento, sem sua institucionalização. Por isso, o reconhecimento é um fato que institucionaliza o movimento de constituição de centrais dos trabalhadores. Desse ponto de vista, é como se tivéssemos acertado contas, no sentido positivo, com a Constituição de 1988, que deixou isso em aberto”. Segundo ele, “o movimento de mobilização de 1978 casa-se com a institucionalização de 2008. Naquele ano,

a perna que avançava era a do movimento; em 2008, a perna que avançou foi a da institucionalização”.

GANHO POLÍTICO

Para além da sustentação financeira das centrais, o reconhecimento traz um importante componente político. Embora já fossem respeitadas e chamadas para campanhas diversas, a legalização fortalece seu papel de entidades representantes dos trabalhadores em nível nacional, permitindo maior poder de negociação junto à sempre forte e unida classe empresarial. Se no dia-a-dia dos trabalhadores os sindicatos, federações e confederações atuam para conquistar melhorias e garantir direitos de sua categoria, as centrais têm a prerrogativa de defender bandeiras

O presidente Lula com representantes das centrais: legalização aumenta força política dos trabalhadores



Ricardo Stuckert/ ABR

mais amplas ou fechar acordos nacionais representando um determinado conjunto de entidades ligadas a uma categoria.

Mesmo antes da legalização, as centrais já se envolviam com lutas nacionais de interesse dos trabalhadores, como, por exemplo, a campanha pela valorização do salário mínimo. Em dezembro de 2006, o governo fechou acordo com as centrais, se comprometendo a adotar uma política constante de reajuste até 2023, com revisões a cada quatro anos, de acordo com os planos plurianuais do governo. O acordo passou a valer em 2007 e a próxima revisão acontece em 2011. Recentemente, as centrais se uniram para conquistar a redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. Com exceção da CUT, também protagonizaram atos contra os juros altos e pela saída de Henrique Meirelles da presidência do Banco Central.

O OUTRO LADO

Mas, para poder entrar com ações na Justiça em nome dos trabalhadores, as centrais eram, até agora, obrigadas a recorrer às suas confederações, federações ou sindicatos. Um exemplo foi a derrubada do interdito proibitório, instrumento do qual empresários costumam lançar mão para restringir greves e manifestações dos trabalha-

dores. A CUT só pôde acionar a Justiça para anular ação dessa natureza em meados de 2007 por meio da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

“A legalização é o início da mudança da estrutura sindical brasileira. A CUT, desde sua fundação, em 1983, já colocava em sua pauta a questão do reconhecimento, para que fosse possível discutir temas do interesse geral da classe trabalhadora, mas demoramos 25 anos para finalmente sermos conhecidos como entidade sindical do ponto de vista jurídico”, diz Artur Henrique da Silva Santos, presidente da Central Única dos Trabalhadores, a maior das centrais.

Para João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical, a segunda em representatividade, a legalização tem peso fundamental na vida dos trabalhadores. “No Brasil, a negociação coletiva se dá a partir dos sindicatos de base, e muitos deles são pequenos. Se o patronato dificultar o diálogo, o sindicato contará com uma estrutura nacional forte, com seu próprio financiamento, o que poderá ajudá-lo na negociação.”

Na opinião de Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a mais jovem das centrais, criada em dezembro de 2007, “com a legalização, o governo sinaliza no sentido de reconhecer que as centrais atuam de ma-

neira organizada”. “Hoje vivemos num país com um presidente democrático, mas não há garantia de que isso vai ser sempre assim. Então, o reconhecimento jurídico garante o funcionamento da central independentemente do humor do governante.”

Doze entidades que pleiteavam o reconhecimento como central não foram legalizadas. Entre elas está a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que não teria conseguido demonstrar sua representatividade. A Conlutas recorreu ao MTE pela revisão da decisão. José Maria de Almeida, da coordenação nacional da entidade, entretanto, critica o sistema atual. “Não cabe ao Estado, nem ao governo, estabelecer qual central é e qual não é representativa para receber o registro.” Para ele, “quem tem de decidir isso são os sindicatos e federações que formam essa central”.

Além disso, ressalta, “ao estabelecer a repartição de uma parcela do imposto sindical, a lei acaba reafirmando a existência de uma contribuição compulsória já não mais para financiar sindicatos, federações e confederações, mas também para financiar as centrais, e isso é um erro evidente”. O dirigente defende que as organizações dos trabalhadores devem ser financiadas pelos trabalhadores, “de maneira democrática”. Da forma como foi estabelecida a contribuição, aponta, “esteja ou não atendendo à expectativa dos trabalhadores, a central recebe a contribuição”. José Maria faz questão de salientar que a Conlutas trabalha pela sua legalização, “mas, uma vez reconhecida, vai abrir mão do tributo”.

PROJETO POLÊMICO

Com a legalização das centrais e o recebimento de parte do imposto sindical, veio à tona outro debate. Hoje, há quatro formas de geração de recursos para as entidades. Uma é a contribuição sindical, desconto compulsório anual, feito no mês de março, de um dia de salário de todos os trabalhadores com carteira assinada, prevista nos artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Outra forma é a assistencial, prevista no artigo 513 da CLT. A contribuição é voluntária, feita ao sindicato pelo trabalhador que pertença a uma determinada categoria – profissional ou econômica. Trata-se de uma contribuição acertada em assembléia e que visa premiar o sindicato pela



Antonio Cruz/ABF

Unidade: entrega ao Congresso de abaixo-assinado pedindo redução de jornada de trabalho

sua participação nas negociações coletivas ou financiar despesas assistenciais realizadas pela entidade.

A terceira forma é a confederativa, contribuição voluntária cobrada dos trabalhadores filiados e que visa custear o sistema confederativo como um todo (sindicato, federação e confederação). Consta no artigo 8º da Constituição e, assim como a assistencial, é estabelecida em assembleia. Por fim, existe a contribuição associativa, que nada mais é do que a mensalidade paga pelos trabalhadores filiados a um determinado sindicato e também é estipulada em assembleia.

Agora, um anteprojeto proposto pelo MTE — que está sendo discutido dentro do órgão para depois seguir para a Casa Civil e de lá para o Congresso — pretende substituir as contribuições sindical, assistencial e confederativa por apenas uma. Embora ainda não tenha sido finalizado, já se sabe que o anteprojeto propõe uma contribuição negocial, que seria discutida em assembleia e teria como teto 1% da remuneração anual dos trabalhadores.

O projeto é polêmico. A CUT é a favor. “As três contribuições existentes somam um desconto de, em média, 15% ao ano sobre o salário dos trabalhadores. Estamos propondo a regulamentação da contribuição sindical. A primeira coisa é acabar com taxas obrigatórias, sobre as quais o trabalhador não decide. Por isso, propomos implementar a regulamentação da contribuição da negociação coletiva”, diz Artur Henrique.

Já a Força Sindical tem dúvidas. O secretário-geral da entidade diz que “retirar [a cobrança do imposto] da Constituição e colocar numa lei ordinária pode não garantir o funcionamento institucional do sindicato. Não temos uma clareza de acabar com a contribuição sindical sem ter a garantia de que haverá uma legislação forte que não possa mudar a qualquer momento”.

A Conlutas é a favor da negociação, mas contra a forma como está sendo discutida a nova contribuição. “O índice de 1% corresponderia a quatro vezes a contribuição estabelecida hoje e outros setores nem sequer querem que esse teto exista, que é para poder cobrar mais”, critica José Maria. A contribuição negocial “tem de passar por um processo de aprovação na assembleia que aprova o acordo da campanha salarial e tem de ter um teto de, no máximo, 5% de um salário dos trabalhadores”.



Polêmica: Artur (CUT), Juruna (Força) e Zé Maria (Comlutas) divergem sobre nova contribuição

A CTB é frontalmente contra o fim da contribuição sindical. “Não podemos comparar a relação que se tem no Sudeste, onde o nível de sindicalização é mais alto e as empresas negociam com os sindicatos, com o restante do País”, diz Wagner Gomes. “Essa não é a realidade brasileira. Acho que o equívoco da CUT é achar que o Brasil é um grande ABC. No Brasil real, 90% dos sindicatos vivem de imposto sindical, e, se descobrir que o empregado é sócio, o empregador o demite.” E alerta: “Acabar com o imposto é uma irresponsabilidade, porque isso obviamente vai acabar com o movimento sindical”.

No Sudeste, um exemplo de sindicato que abriu mão do imposto é o dos Metalúrgicos de Taubaté, município do interior paulista. Isaac do Carmo, presidente da entidade, diz que desde 2000 o sindicato pratica a devolução com depósito na conta corrente dos associados. Sem falar em valores, diz que o imposto correspondia a boa parte das finanças do sindicato, que representa 20 mil trabalhadores, dos quais 15 mil são filiados. Mas, ressaltou, é a favor da contribuição negocial e diz que “os sindicatos precisam ter coragem de mobilizar os trabalhadores e, assim, garantir seu financiamento. Rever a atual forma de contribuição fortalece os sindicatos”, explica o dirigente.

SINDICATOS EM RISCO?

Gilson Reis, do Sindicato dos Professores de Minas Gerais, discorda. “Para nós, isso representaria uma perda de 20% de nossas finanças e certamente precisaríamos cortar custos e diminuir as atividades. Para outros sindicatos, a perda pode ser ainda maior e fatal para seu funcionamento.” O Sinpro é um sindicato grande. Representa

65 mil trabalhadores, dos quais 45 mil são filiados à entidade. Ao todo, a mensalidade cobrada dos filiados corresponde a 50% de tudo que é arrecadado, e a contribuição assistencial cobre os outros 30%.

No que diz respeito ao comprometimento da independência das entidades por conta do seu financiamento, o jornalista Altamiro Borges, do Centro de Estudos Sindicais, avalia que a contribuição não compromete a autonomia sindical, pois o dinheiro não vem do Estado, mas dos trabalhadores. Lembra ainda que em outros países há ligação direta entre Estado e sindicatos, o que não enfraqueceu o movimento. “Na França, há contribuição confederativa, e na Espanha, por exemplo, há a taxa de solidariedade e as sedes das centrais foram doadas pelo Estado.” Medeiros, do MTE, tem ponto de vista oposto. “Só existia imposto sindical no Brasil e no Iraque e até lá já acabou. Agora, só existe aqui e é uma vergonha os sindicatos viverem eternamente de imposto. O último argumento que eles têm é a segurança.”

O advogado Hélio Gherardi, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, aponta os problemas que o projeto pode acarretar. Ele diz que a proposta, “além de inconstitucional, fere a própria segurança jurídica da aplicabilidade e do recolhimento, que, aprovado em assembleia e ficando adstrito à vontade individual, evidentemente deixaria de existir”. Gherardi alerta ainda que o movimento sindical deve “ficar atento exatamente à segurança jurídica”, pois a proposta pode levar ao fim de vários sindicatos, deixando o trabalhador “à míngua e sem qualquer entidade que fale, lute e reivindique por ele”. ■

CONCENTRAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

Nos últimos cinco anos, o mercado editorial brasileiro tem passado por profundas transformações, principalmente pela concentração em grandes editoras e em grandes redes de livrarias. No primeiro caso, com larga penetração de capital estrangeiro, principalmente espanhol. São exemplos a Planeta e a Santillana, duas das principais editoras da Espanha, que atuam no Brasil desde a primeira metade desta década. O ingresso da Santillana também revela outra tendência, a de atuar no segmento de livros didáticos: ela adquiriu, em 2001, a Editora Moderna, uma das mais destacadas nessa área no País.

As pequenas editoras e as pequenas livrarias ficam espremidas entre as grandes empresas de seus respectivos setores, assim como as distribuidoras, em especial as menores. As grandes livrarias não compram mais livros – os recebem em consignação, pois não querem correr

riscos. Mesmo quando adquirem os exemplares, os devolvem às editoras, caso não sejam vendidos, e exigem o dinheiro de volta. Além disso, para expor os livros em gôndolas mais visíveis, como acontece há muito mais tempo nos supermercados, algumas grandes livrarias também cobram da editora e da distribuidora.

NO PAÍS, 14 ESTRANGEIRAS

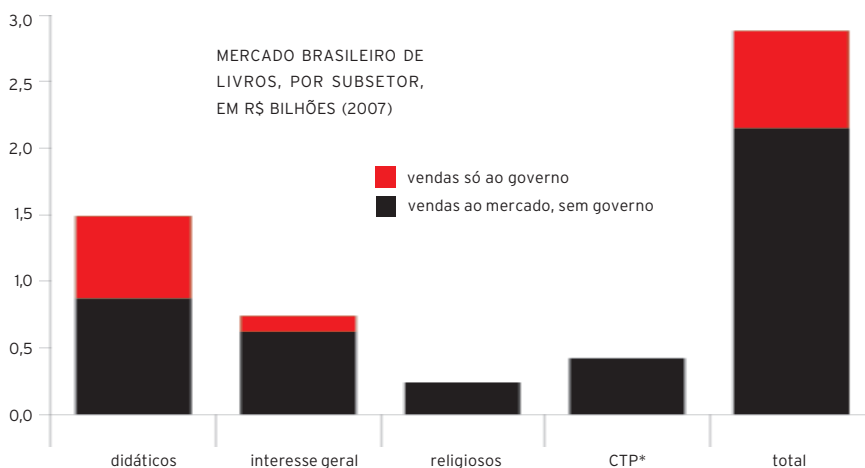
Para compreender mais profundamente o que se passa no mercado editorial brasileiro, é útil recorrer à mais recente pesquisa sobre o tema, que está na obra *El espacio iberoamericano del libro 2008*, editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em parceria com outras instituições, entre as quais a Câmara Brasileira do Livro (CBL). Esse trabalho, com 260 páginas, traz, na forma de textos, gráfi-

cos e tabelas, informações sobre as atividades editoriais de diversos países latino-americanos, entre os quais o Brasil, além de Espanha e Portugal. Mostra que as duas editoras com o maior número de filiais na América Latina são as espanholas Oceano e Santillana; a primeira, presente em 20 países, e a segunda, em 18. Destacam-se igualmente na região as editoras italianas Paulinas (14 países) e San Pablo (8 países), especializadas em livros religiosos. Mas há também empresas regionais instaladas nos países vizinhos, como o caso das mexicanas Fondo de Cultura Económica e Siglo XXI e da colombiana Norma.

O México é o país latino-americano com o maior número de empresas editoriais estrangeiras em seu território, 35. No Brasil, estão instaladas 14, e não há nenhuma nacional do setor atuando nos vizinhos latino-americanos. Entre as multinacionais do livro estabelecidas aqui em 2006, data do estudo, havia outras 9 além das já citadas Oceano, Santillana, Paulinas, San Pablo e Fondo de Cultura Económica. No total, eram quatro da Espanha, duas de Itália, Reino Unido, México e França e uma de EUA e Argentina.

O estudo mostra que em 2006 o número de editoras industriais no Brasil, isto é, de empresas especializadas na produção de livros, era de 545. Dessas, havia 11 consideradas grandes (com faturamento acima de 50 milhões de reais), 42 médias (entre mais de 10 milhões e 50 milhões de reais), 75 pequenas (entre 1 e 10 milhões de reais) e 417 micros (abaixo de 1 milhão de reais). Em 2006 foram editados 46 mil títulos no País, num total de 320 milhões de exemplares, dos quais 310 milhões foram vendidos. O faturamento total foi de 2,8 bilhões de reais. Pouco mais da metade das vendas foi realizada nas 1,3 mil livrarias existentes em todo o País.

DE CADA 4, 1 É DO GOVERNO As vendas de livros ao governo federal chegam a 25% do total. Nos didáticos, o peso governamental é maior, de mais de 40%



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro 2006, Fipe
* livros de interesse científico, técnico ou profissional



As grandes editoras de livros, muitas estrangeiras, expandem seu domínio. As pequenas esboçam reação | *Péricles Sampaio*

Grande parte dos dados sobre o mercado brasileiro apresentados no estudo da Unesco é oriunda da pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), encomendada pela CBL e pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros (Snel). A pesquisa mostra, por exemplo, que o subsetor do livro didático se destaca amplamente nesse universo: teve o maior número de títulos publicados (31% do total), a maior tiragem (53,7%), a maior venda de exemplares (60,5%) e a maior arrecadação (52,8%).

DOMÍNIO NOS DIDÁTICOS

O peso dos didáticos explica por que a Santillana investiu 150 milhões de reais para adquirir a Editora Moderna, que detém cerca de 30% do mercado nacional de

livros escolares. E por que a Abril adquiriu em 2004 o controle da Ática e da Scipione, outras gigantes desse subsetor. A presença de grandes empresas como essas é uma das características do mercado brasileiro de didáticos – das 545 editoras listadas em 2006, apenas 43 atuavam nele, entre as quais 7 das 11 grandes. Outra marca do subsetor é o enorme peso das compras do governo federal – em 2006, do 1,48 bilhão de reais faturados por esses livros, o governo contribuiu com mais de 40% (nas compras governamentais de livros, os didáticos representaram mais de 84%). O estudo da Fipe não mostra qual o peso das grandes editoras na venda de livros didáticos ao governo. Revela apenas que, nas vendas ao público, que excluem o governo federal, as grandes ficaram com a parte do leão: 96% dos exemplares vendidos e 90% do faturamento. É razoável supor que nas vendas ao governo federal a tendência tenha se mantido.

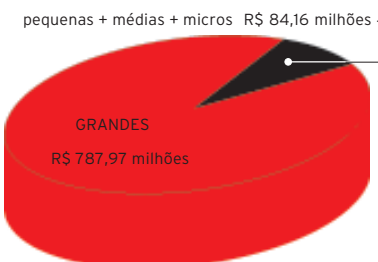
Frente aos didáticos, os outros ramos são relativamente pequenos. Os livros considerados de interesse geral, o segundo maior subsetor, por exemplo, faturaram 731,4 milhões de reais, menos da

metade do arrecadado pelos livros escolares. Os de interesse científico, técnico ou profissional, 418,6 milhões de reais. E os religiosos, 242,1 milhões de reais.

RESPOSTA DAS PEQUENAS

Num mercado com essas características, as grandes editoras levam muita vantagem. Com seu volume maior de títulos e suas redes de divulgação e publicidade que possibilitam mais vendas, elas podem negoci-

SOB CONTROLE DAS GRANDES No mercado de livros didáticos (sem o governo), é mínima a participação das médias, pequenas e microeditoras



Fonte: Produção e vendas do setor editorial brasileiro 2006, Fipe

QUASE METADE NÃO LÊ

Mais de 70 milhões de brasileiros não lêem livros. E mais ou menos um terço dos que lêem o faz por obrigação escolar

O Instituto Pró-Livro realizou, no ano passado, uma pesquisa em 311 municípios de 27 unidades da Federação, cujos resultados foram extrapolados para 172 milhões de habitantes, o equivalente a 92% da população brasileira estimada então. O levantamento constatou que 45% (o equivalente a perto de 71 milhões de pessoas) não leram nenhum livro nos doze meses anteriores à sua realização. As causas que levam perto da metade da população brasileira a não ler livros parecem ser principalmente de ordem econômica: há apenas 1% de não-leitores quando a renda familiar fica acima de 10 salários mínimos, e 56% deles têm renda familiar abaixo de 2 salários mínimos. Apesar disso, somente 33% se queixaram do preço (ou da falta de bibliotecas, isto é, demonstraram interesse pela leitura, mas não têm acesso a ela). Mais de 40% alegaram fatores educacionais: 17% disseram ler muito devagar; 7%, não entender o que lêem; 11%, não ter paciência para ler; e 7%, não ter concentração.

Entre os leitores (96 milhões), 70% disseram ler “frequentemente” apenas livros didáticos ou universitários. O interesse por livros técnicos, de história, ciências sociais, humanidades e biografias aumenta com a escolaridade, mostra o levantamento. Do ponto de vista dos estratos de consumo, o maior número de leitores se concentra na classe C: são 41 milhões, ou 43% do total. As classes D e E, somadas, têm 36 milhões (38%). A classe B, 15,5 milhões (16%). E a A, 2,6 milhões (3%). Só que, quando se examina a proporção de leitores dentro de cada uma dessas categorias, as posições se invertem. Os leitores da classe A equivalem a 86% das pessoas do estrato. E os das classe D e E, a apenas 44%. Em todas essas categorias, mais ou menos um terço lê por obrigação escolar. A faixa de idade que mais lê (16%) vai de 5 a 10 anos. Em seguida, com cerca de 14% cada, estão as faixas entre 14 e 24 anos e 30 a 39 anos.

Apenas 45% dos leitores compram livros. Os demais só lêem livros emprestados, presenteados, fornecidos pelo governo, em bibliotecas, etc. Na classe A, 73% dos leitores compram os livros que lêem; na classe E, somente 27%. Afirmando ter pelo menos um livro em casa 86% dos brasileiros. A média dá 25 livros por residência. Desses, 12 são livros didáticos e 5 são livros religiosos, inclusive a Bíblia. A posse dos livros é extremamente concentrada: 1% da população tem 19% dos livros, 10% têm 49% e um quinto dos brasileiros tem 66%.

MUITO MAIS ENTRE OS MAIS RICOS Em relação aos estratos mais baixos de consumo, na classe A há quase o dobro de leitores de livros

Estrato de renda	% de leitores em relação ao total da categoria	Nº de leitores (em milhões)
A	86	2,6
B	74	15,5
C	61	41,0
D + E	44	36,0

Fonte: Instituto Pró-Livro, 2007

ar melhores condições com as grandes livrarias e podem exercer maior influência nas vendas ao governo. As pequenas editoras, entretanto, estão procurando reagir. Perceberam que, unidas, podem conseguir também melhores condições de negociação. Por isso se associaram já há sete anos na Liga Brasileira de Editores (Libre), ora comandada por Renata Borges, sócia e diretora da Peirópolis, de São Paulo.

A Libre negocia em nome de suas cem editoras associadas não só com as grandes livrarias como também com os vários níveis de governo – as compras governamentais representaram em 2006 mais de 40% da movimentação do mercado editorial no Brasil. Por meio da Libre, as pequenas editoras podem apresentar um catálogo tão volumoso quanto o das maiores editoras.

As pequenas livrarias estão também em processo de unificação para negociar em conjunto, embora mais atrasadas do que as pequenas editoras. Renata Borges afirma que os pequenos desempenham um papel fundamental no mercado: eles em geral são “editores de vocação”, mais criativos e mais inovadores do que os “editores de oportunidades”, em que se constituem as grandes editoras.

Os pequenos editores publicam mais autores novos, mais autores nacionais, lançam no mercado novos ilustradores, formam novos revisores, tradutores e editores. Garantem a bibliodiversidade, pois preenchem mesmo os menores nichos de mercado. As grandes editoras, nestes tempos de globalização, preferem lidar com livros já testados nos grandes mercados internacionais e são menos interessadas em lançamentos surpreendentes, preferem o que já deu certo nos países adiantados.

CONTRA O DESCONTO

Renata Borges aposta que, do mesmo modo, as pequenas livrarias podem evoluir de um lado para a especialização, de outro para a diversificação. O acervo de literatura brasileira, por exemplo, costuma ser bastante pobre nas grandes livrarias; uma pequena livraria especializada em literatura brasileira, por exemplo, pode ser muito mais diversificada em número de títulos. Outro ponto que pode ser mais aperfeiçoado nas pequenas livrarias do que nas grandes é o atendimento. Este pode ser ao mesmo tempo mais personalizado e mais especializado.

A grande luta dos pequenos atualmente é para o estabelecimento do chamado “preço fixo”. Isso para enfrentarem, por exemplo, a livraria Fnac, de capital francês, que dá um desconto de 20% nos lançamentos. Ou portais da internet, como o Submarino, que vende até mesmo abaixo do custo, para fidelizar o cliente e vender-lhe itens mais caros, como geladeiras e televisores.

A questão é saber se essas iniciativas serão suficientes. A atração exercida pelo mercado brasileiro de livros didáticos, considerado um dos maiores do mundo, deve continuar. E, permanecendo a tendência atual, é de se esperar que ele se torne mais concentrado e menos nacional ainda. ■



Nem toda a mídia
é marrom. Visite
www.vermelho.org.br

O OUTRO LADO DO DISCO

Técnico de estúdio, Bernardo Pacheco, 31, cresceu ouvindo música nos anos 1990 e comprando dezenas de CDs todo mês. Aos poucos, foi se aprofundando na história da música negra americana e percebeu que uma série de títulos simplesmente inexistia nas prateleiras das melhores lojas de São Paulo, onde mora. Por causa disso, ele voltou a se interessar pelos discos de vinil que se empoeiravam há muito tempo nas prateleiras da casa de seus pais. Ainda adolescente, tornou-se um assíduo freqüentador das lojas de discos usados da cidade, além de um costumeiro comprador das lojas pela internet: “À medida que fui conhecendo os LPs, eu percebia que eles tinham uma sonoridade diferente, mais orgânica, ainda mais os discos feitos até a década de 1980. Essas gravações foram feitas para esse suporte e é óbvio que a digitalização modificou o som da música de uma forma que hoje me soa mais estranha”, diz.

A história é bastante emblemática de um movimento que teve início no interior de um pequeno círculo de aficionados e que começa a se tornar forte no mercado fonográfico. Dado como obsoleto, o disco de vinil volta a ocupar prateleiras e a conquistar um público fiel e cada vez maior. Se o crescimento não registra índices suficientes para sobressair à queda extrema na venda de CDs e DVDs, o produto já chama a atenção por voltar com força, mesmo em mercados que tinham esquecido a mídia completamente, como o brasileiro.

Nenhum outro setor na economia dá tanta visibilidade às más notícias como a indústria fonográfica. Depois de anos de prosperidade e de contratos milionários nos anos 1980 e 1990, as companhias têm faturamentos reduzidos ano a ano e inves-

tem cada vez mais em regulações, medidas legais e campanhas para estancar suas perdas. Nem a recente prosperidade econômica conseguiu salvá-los dos números desastrosos. Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Disco (ABPD), entre 2002 e 2007, o faturamento líquido do setor no País caiu de 726 milhões de reais para 312,5 milhões. Os vilões apontados são sempre os mesmos: compartilhamento de músicas pela internet e a pirataria.

Mesmo se beneficiando do crescimento de 185% nas vendas de arquivos mp3 e do aumento de downloads para celular – que garantiram cerca de 10,7 milhões de dólares para a indústria fonográfica brasileira em 2007 –, os dirigentes das entidades empresariais são inflexíveis na hora em que o assunto é se adaptar à nova realidade. Em evento em março deste ano, a ABPD anunciou que iria processar quem troca arquivos musicais em sites de compartilhamento, como o Kazaa ou o Soulseek. Em outros 17 países já correm mais de 8 mil ações civis contra quem faz download de mp3. “Queremos avisar que compartilhar música de graça não vale a pena e é ilegal. Melhor procurar um serviço legal, melhor moralmente e melhor para os artistas e a indústria”, disse Paulo Rosa, diretor-executivo da ABPD no evento. Mas, na hora de rediscutir os formatos de comercialização e de divulgação, a associação empresarial simplesmente corta o assunto. “Não é hora de repensar o mercado, mas de aplicar as leis existentes”, disse Rosa.

O fato é que, ao mesmo tempo em que perdem tanto tempo tentando punições exemplares a quem faz download de músicas, a indústria do disco no Brasil praticamente ignora o crescimento do mercado dos discos de vinil nos outros países.

A venda dos LPs no último ano duplicou, saltando de 3 milhões para 6 milhões de cópias em todo o mundo, segundo a Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI). Tal interesse motiva os pesos-pesados da música pop a disponibilizar os seus lançamentos no antigo formato. Exemplos disso são Metallica, Madonna e Coldplay, que colocaram nas lojas versões de luxo em vinil dos seus últimos álbuns. As cópias se esgotaram em pouco tempo. De olho nesse mercado, as grandes gravadoras americanas estão relançando o catálogo de artistas de sucesso, como U2, Van Morrison e Bob Dylan. A Amazon também correu atrás desse novo mercado e abriu uma divisão de LPs com mais de 250 mil discos em catálogo.

ARGUMENTO REVERSO

Enquanto a venda de CDs despencou 12% de 2006 a 2007, a de toca-discos (as vitrolas) teve um crescimento gigantesco de 80% nos EUA no mesmo período. De acordo com pesquisa do EMI Group, o crescimento de vendas do vinil no mundo é justificado pela vontade do consumidor de ter, junto com a música, um objeto físico e palpável – e não apenas um arquivo digital – e, principalmente, porque o ouvinte acredita que os “bolachões” possuem um som mais fiel e rico do que os equivalentes digitais.

O curioso é que, quando surgiu no mercado, o *compact disc* era propagandeado como a tecnologia de ponta em matéria de qualidade de som. Lançado entre 1983 e 1986 em todo o mundo, a nova mídia era chamada de disco laser porque contava com uma agulha ótica que evitaria os ruídos, tão característicos dos LPs. A maior novidade do produto era sua pureza de som e foi

O CD mergulha em crise, e o velho “bolachão” de vinil ressurge. No Brasil, até o governo atua para reativar nossa única fábrica de LPs | Lauro Mesquita

assim que o CD começou a ser divulgado — máxima fidelidade de som —, principalmente com novas gravações de obras célebres da música clássica.

Em 1991, o comércio de CDs em todo o mundo se sobrepôs a todas as outras mídias. Àquela altura, o LP era considerado morto como produto comercial. Era o fim de uma era. A festa renderia enormes lucros à indústria fonográfica, mas duraria pouco. Em meados da década de 1990, apareceriam os primeiros gravadores de CD e com eles a pirataria. Depois, com o surgimento dos arquivos mp3 — formato que diminui o tamanho de um arquivo de som, retirando as frequências que os ouvidos humanos não podem captar —, a popularização da conexão em banda larga e o nascimento dos programas de compartilhamento (a partir do Napster), os dias do CD ficaram contados.

Um artigo publicado em outubro do ano passado pela revista Wired afirma que “o vinil pode ser o último prego no caixão do CD”. O texto indica que é cada vez mais comum que os selos independentes nos EUA e na Europa lancem uma versão em vinil e outra digital para download. “Para nós e para muitos dos artistas, o LP é a versão pra valer dos lançamentos”, diz Patrick Amory, gerente geral do selo independente americano Matador. “A arte do trabalho é valorizada e a qualidade de som é melhor. É o formato mais adequado para quem realmente se preocupa com a música.”

FAMOSOS EM VINIL

No Brasil, o mercado independente começa a se movimentar em sentido parecido. Em seu novo disco, “Ocupado como gado com nada pra fazer”, o multiinstru-

mentista M. Takara foi lançado nos formatos digital (para download) e em vinil. Segundo Luciano Valério, um dos proprietários da Desmonta, que comercializa o trabalho no Brasil, “o álbum foi totalmente pensado desde o início como vinil e não fazia sentido o lançarmos em outro formato”. As vendas, de acordo com ele, estão melhores do que o imaginado. Só no lançamento do disco foram vendidos mais de cem cópias, quantidade significativa quando se trata de selo independente. “É impressionante, mas a procura é muito grande.” Outro selo independente que começou a explorar o mercado de vinil é o Boomshot, voltado ao hip-hop. O primeiro lançamento foi o disco conjunto dos grupos Mameloe Sound System e Elo da Corrente.

Outros artistas das grandes gravadoras, como Caetano Veloso, Los Hermanos, Nando Reis e Ed Motta, igualmente tiveram seus mais recentes trabalhos lançados também em LP.

Tal procura parece ter se refletido na política comercial de algumas grandes lojas, como a Livraria Cultura e a Saraiva Megastore, que decidiram disponibilizar um catálogo em vinil em seus pontos-de-venda e sites. A Livraria Cultura já conta com cerca de 600 títulos e trabalha com selos americanos e europeus. “O crescimento das vendas de LP tem surpreendido. Só até maio de 2008 vendemos três vezes mais que no ano passado inteiro”, diz Rodrigo de Castro, gestor de acervo de música da empresa. A Saraiva conta com mais de 11 mil títulos em suas 39 lojas.

Além disso, a busca por discos estrangeiros é cada vez maior, principalmente no mercado de discos usados. Carlinhos, dono

da loja Disco 7, no centro paulistano, recebe pedidos e negocia raridades do mercado fonográfico brasileiro com gente de tudo quanto é canto. “O potencial é enorme, alguns discos, como os do Zé Ramalho e do Lula Cortez, valem mais de 2 mil reais. E outros músicos, como o obscuro Marconi Noratom, podem chegar até mil reais, por causa do mercado estrangeiro”, diz.

Mas, se o cenário desenhado até aqui aponta para um mercado pronto para deslanchar, a realidade de quem produz é muito diferente. A Desmonta, por exemplo, teve de mandar prensar o disco nos EUA, uma vez que a única fábrica de vinil existente no Brasil, a Polysom, está com as portas fechadas desde janeiro deste ano. “Na reta final, a fábrica fechou e deixou a gente na mão. Foi aí que juntamos a fome com a vontade de comer e fechamos uma parceria com um selo americano para prensar o disco”, explica Valério. Mas, segundo ele, esse é só o começo do problema. “Fazer um vinil fora do País é um processo lento e caro, muita taxação sobre o produto, roubo de alfândega. É bem complicado, mas mesmo assim tem valido a pena. Mas poderíamos ter mais discos a um preço melhor com a fábrica funcionando.”

A FÁBRICA DE BELFORD ROXO

Localizada em Belford Roxo, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Polysom é a última remanescente dos fabricantes brasileiros de vinil. A empresa acumula dívidas e já suspendeu suas atividades várias vezes. Desde outubro de 2007, o Ministério da Cultura (MinC) acompanha a situação. “Trata-se de uma iniciativa muito delicada para uma instituição como o Ministério da Cultura, que nunca



Antônio Crispim

atuou na recuperação de empresas, muito menos de uma fábrica. A demanda apresenta vários aspectos muito sensíveis, como a situação dos equipamentos utilizados na produção, avaliação da existência do mercado real e potencial para os discos de vinil no Brasil, para citar apenas alguns exemplos”, diz Álvaro Malaguti, da Secretaria de Políticas Culturais do MinC.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Festivais Independentes (Abrafin), Fabrício Nobre, o disco de vinil faz parte da cultura brasileira. “É um desperdício deixar de usar o LP. Estamos nadando contra a maré.” A meta da Abrafin, que auxilia o ministério na empreitada, é reabrir a fábrica o quanto antes, para que ela possa voltar a competir nos mercados nacional e internacional.

“O disco de vinil é um formato importante para as experiências estéticas de diversos segmentos e gêneros musicais atuais e presentes na música brasileira, como o rap, o eletro, o drum & bass e o techno, e, por isso, sua produção no Brasil deve ser mantida e qualificada”, avalia Malaguti.

QUADRO NEBULOSO

Ele diz que, no momento, o ministério está empenhado em realizar a elaboração de um estudo sobre a Polysom que aborde a situação dos equipamentos e o montante da dívida e qual deve ser a produção mínima capaz de sustentar a empresa no longo prazo. A ação deve ser desenvolvida em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e ainda está em planejamento. “Se a fábrica for reaberta, deverá adotar o sistema de cooperativa. Os antigos donos toparam, começamos a pensar num desenho para ela”, explica o assessor especial da Senaes, Luciano Canez.

A fábrica foi fundada em 1999 por Nilton José Rocha, que trabalhava há 40 anos no meio fonográfico. Ele construiu uma linha de montagem comprando o equipamento das grandes gravadoras, que haviam sucateado completamente a produção de LPs durante a década de 1990. Na época, o CD ainda estava entrando no mercado e havia público para os *long-plays*. Nesse contexto, a Polysom sobreviveu prensando discos para o segmento da música evangélica e para o rap nacional.

Até 2001, quando ainda recebia encomendas de igrejas evangélicas, a companhia

chegava a produzir até 5 mil LPs por dia. A Polysom já imprimiu 110 mil cópias de um só disco. Depois que o segmento gospel também aderiu ao CD, a fábrica entrou em decadência.

No Brasil, as fábricas de vinil funcionaram em escala industrial até 1996 e depois foram desaparecendo aos poucos, em um processo que poucos explicam. “O desaparecimento das fábricas de vinil é um fato bastante curioso, para dizer o mínimo. Com a entrada do CD no mercado, as maiores fábricas de vinil foram desmontadas e sucateadas pelas próprias gravadoras”, diz Malaguti. O mais assustador é que foi um desmonte que não deixou rastros. Daí muito da dificuldade de retomar a produção, inclusive pensando no crescimento do mercado externo para o vinil.

“O tamanho e a importância do disco de vinil na indústria da música estrangeira é algo que não está bem dimensionado, não nos permite tirar conclusões que auxiliem o trabalho de recuperação da Polysom. Para ilustrar o que estou dizendo: volta e meia, surgem matérias em jornais e revistas falando sobre o crescimento do consumo do vinil na Europa ou nos EUA, mas nenhuma delas aborda o processo de produção propriamente. Fizemos um levantamento rápido aqui no ministério e uma das coisas que percebemos é que quase todas as fábricas estrangeiras que ainda

prensam discos de vinil não têm mais a prensagem como atividade principal”, diz Malaguti.

Em paralelo ao projeto do Ministério da Cultura, o selo Deckdisc manifestou interesse em montar sua própria fábrica de vinil. “Estamos em estudos, mas há muita coisa para ser analisada antes que se determine sua viabilidade”, diz João Augusto, presidente da empresa. (A gravadora já lançou dois LPs do DJ Marcelinho da Lua e do rapper Black Alien, além de um compacto do produtor de dub Mad Professor. Levanta-se também a hipótese de que a empresa tenha interesse em comprar equipamentos da antiga Polysom, mas nada é confirmado.

A produção fonográfica brasileira após a década de 1950 é hoje um dos grandes hits do mercado de colecionadores de vinil no mundo. “A retomada da produção de LPs pode ser uma possibilidade de valorizar o principal produto cultural brasileiro, que é a nossa composição popular”, diz o técnico de estúdio Bernardo Pacheco. O próprio Ministério da Cultura tem interesse em disponibilizar, no formato de vinil, parte de seu próprio acervo e também em lançar novas tiragens de grupos de hip-hop que estão esgotadas. “Dado o estágio atual em que a Polysom se encontra, com o parque de máquinas necessitando de uma significativa atualização tecnológica, a primeira tarefa que temos é recuperar a capacidade de produção do vinil no Brasil”, diz Malaguti. ■

Polysom, em Belford Roxo: a fábrica de vinil sobrevivia graças aos evangélicos e aos rappers



Roberto Price/Folha Imagem

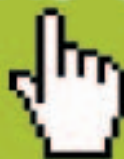
**ASSINE O BOLETIM DO
PORTAL DO IBASE**

Receba semanalmente
artigos, entrevistas e
matérias publicados na
Agência Ibase, além do
conteúdo da revista
Democracia Viva e do Jornal
da Cidadania.

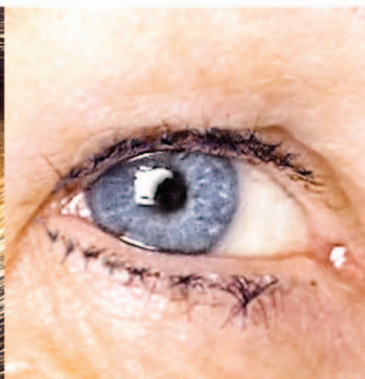
Fique por dentro de uma
visão cidadã sobre os
acontecimentos no Brasil e
no mundo!



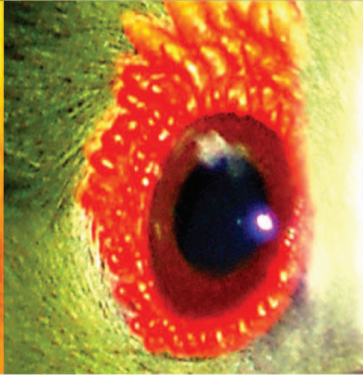
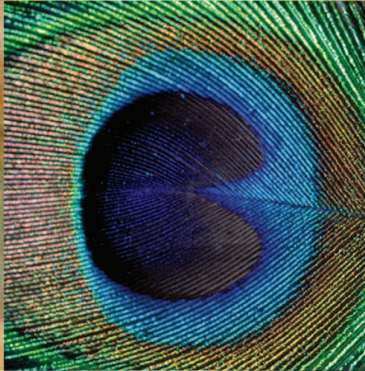
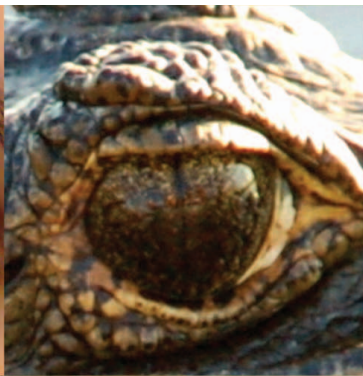
www.ibase.br



iBase^{etinho}



**Terceiro ano consecutivo
no Índice Dow Jones
de Sustentabilidade.**





É, tem muita gente vendo o trabalho da Petrobras.

A Petrobras conquistou novamente o direito de figurar entre as empresas mais sustentáveis do mundo. Pelo terceiro ano consecutivo, ela faz parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade, uma das principais referências do mundo para os investidores. E não pára por aí. A avaliação da Petrobras este ano subiu três pontos em relação ao ano passado. Quando uma empresa se destaca em questões como gestão de marca, recursos humanos, cidadania e meio ambiente com transparência, todo mundo vê o resultado.

Entrevista:

UMA PROPOSTA PARA O

ILDO SAUER é um dos maiores especialistas do País na área de energia. É doutor em Energia Nuclear pelo famoso Massachusetts Institute of Technology (MIT). Foi um dos gerentes de projeto do reator do submarino nuclear da Marinha brasileira. É professor titular do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE-USP). Foi diretor de Gás e Energia da Petrobras por quase cinco anos no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É também um militante político: junto com Luiz Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), formou a principal dupla de assessores do Partido dos Trabalhadores para a formulação da política energética do Instituto da Cidadania, em torno do qual o então candidato Lula agregou grupos de intelectuais mobilizados contra as idéias neoliberais.

Sauer é também uma pessoa corajosa. Ao ser afastado da direção da Petrobras, há um ano, disse, em carta pública, que saía “sem alegria e sem espanto” e lembrou “as dramáticas disputas econômicas e políticas” existentes no setor. A propósito, falou das “enormes” pressões feitas no fim de 2002 para que o governo Lula, recém-eleito e ainda não empossado, desmantelasse uma das peças básicas do modelo de setor elétrico imaginado no Cidadania, que consistia em acabar com o “mercado livre” de energia. E mostrou os enormes prejuízos que esse mercado, afinal aprovado pelo governo do PT, tinha causado para o setor estatal.

No último dia 22 de setembro, no Rio de Janeiro, Sauer foi homenageado pela diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobras e discursou para um público de cerca de 200 pessoas, apresentando uma “Proposta para o Pré-Sal”. **Retrato do Brasil** foi ouvi-lo sobre essa iniciativa.



Yuri Martins

PRÉ-SAL

“O modelo criado em 1997, e ainda vigente, previa um prêmio para quem corresse o risco exploratório. No pré-sal não existe mais risco; o modelo atual não tem mais sentido” | *entrevista a*

Alvaro Caropreso, Armando Sartori e Raimundo Rodrigues Pereira



Retrato do Brasil A exploração do petróleo do chamado pré-sal gerou um debate nacional. O senhor conhece o assunto por dentro. Na sua opinião, o que deve ser feito imediatamente?

Ilido Sauer A descoberta é produto de um processo de anos, que se intensificou na recente gestão da Petrobras, quando a direção autorizou perfurações para comprovar a hipótese da existência de petróleo na chamada camada pré-sal. Pode-se demonstrar que essa descoberta deve-se a uma estratégia consciente da Petrobras, em razão de sua história. E é, também, inteiramente justo, política e tecnicamente, atribuir à Petrobras a missão de completar o processo exploratório de todo o recurso do pré-sal, que potencialmente se estende do Espírito Santo a Santa Catarina, compreendendo as bacias de Santos, de Campos e do Espírito Santo. A Petrobras detém a capacidade técnica, as articulações empresariais tecnológicas e mesmo a capacidade financeira para cumprir essa missão. Parece urgente que o governo, por decisão do

Conselho Nacional de Política Energética, instrumentalizado na forma da legislação vigente, exercendo assim o que determinam os artigos 20 e 177 da Constituição, contrate a Petrobras para cumprir essa missão pelo custo do serviço. O Tesouro Nacional tem recursos substantivos: hoje, por exemplo, há 200 bilhões de dólares de reservas. A própria Petrobras tem grande capacidade financeira. Em um período de dois a três anos, é possível fazer o número de perfurações e testes necessários para que se possa delimitar exatamente a configuração do petróleo e do gás da camada pré-sal.

A informação existente é de que a formação geológica do microbiolito, o tipo de rocha onde está o petróleo, vai de Santa Catarina até o Espírito Santo, numa área de uns 200 km por 800 km. O que falta é definir exatamente se se trata de uma espécie de “continente” de microbiolito embebido do óleo ou se são bolsões formando um “arquipélago”. Ou seja, se se trata de um campo único ou de uma sequência de campos. Isso só

pode ser feito por meio de um esforço, com poços exploratórios iniciais, seguido de outro esforço, com os furos e testes para avaliar o comportamento dos reservatórios na exploração de longo prazo. Desta forma, se poderá fazer um plano para desenvolver a produção. Assim se poderá ter um orçamento dos custos, das várias possibilidades de exploração, de financiamento. E, ao mesmo tempo, avançar tecnologicamente nas atividades de produção, como a Petrobras já está fazendo. E, como certamente, outras empresas, como a Exxon, por exemplo – que já anunciou para outubro o início de seus trabalhos na área na qual é operadora, pouco além do campo de Tupi -, vão fazer. Insisto que o Brasil, por meio da Petrobras, que descobriu o petróleo do pré-sal, deve anunciar com clareza, já, que vai planejar a sua exploração. Não deve deixar essa iniciativa para o chamado livre mercado.

RB O governo, aparentemente, estuda criar, logo, uma empresa ou entidade para o

petróleo do pré-sal. E, desde que a Petrobras perdeu o monopólio da exploração do petróleo, em 1997, foram feitas nove rodadas de licitação de áreas para exploração por qualquer empresa. Cinco dessas rodadas foram realizadas no governo Lula. A criação desse ente estatal no momento não é a tarefa mais urgente?

IS Não acho. Essa discussão deve ser feita. Mais urgente, no entanto, é definir claramente, e dizer publicamente, que a Petrobras vai realizar a tarefa inicial indispensável ao planejamento da exploração do recurso descoberto e afirmar, também claramente, que novos contratos de concessão para a exploração do petróleo em toda a área do pré-sal não têm mais sentido. Esse modelo, criado em 1997, e ainda vigente, prevê um prêmio para quem corresse o risco exploratório. No pré-sal, não existe mais risco exploratório; no pré-sal, o modelo atual não tem mais sentido. As tecnologias para fazer isso são inteiramente conhecidas e, no mundo, a empresa que detém a capacidade mais avançada para realizar essa tarefa é a Petrobras. E a legislação brasileira permite que o governo a contrate, via ANP [Agência Nacional de Petróleo], via Ministério das Minas e Energia ou até via Tesouro Nacional, que é o detentor das ações do governo brasileiro na Petrobras e quem representa a União nas assembléias gerais.

RB Como está a situação da exploração do petróleo do pré-sal hoje?

IS A Petrobras já furou mais de quinze poços exploratórios no pré-sal. E também já começou a extrair comercialmente petróleo da camada mais superficial do pré-sal, no Campo das Baleias, em Jubarte, Espírito Santo. O presidente Lula esteve lá no dia 2 de setembro, na cerimônia que marcou politicamente o início da exploração. Nas diversas rodadas de concessão de blocos de exploração de petróleo no mar já realizadas, entraram todas as grandes petroleiras, na maioria, em associação com a Petrobras e, em poucos casos, sozinhas. A Exxon, por exemplo, no bloco que já citci, é a operadora, mas a Petrobras tem uma parte no empreendimento, 40%.

RB Como as atuais concessões afetam o modelo futuro a ser definido para a exploração do pré-sal?

IS Há três situações, dependendo da configuração do petróleo que vier a se comprovar. Uma ocorre quando o petró-

leo está num bolsão isolado, não conectado a outro, e a empresa encontra petróleo, que está, portanto, inteiramente contido no bloco a ela concedido. Portanto, pela legislação vigente, esse petróleo cabe ao concessionário, o qual terá, como dever, ao desenvolver a explora-

“O petróleo do pré-sal é uma jazida gigante única ou um arquipélago de grandes poços? Sem esse conhecimento, o risco de conflito aumenta. Um concessionário pode sugar o petróleo de outro. Alguém pode querer se instalar na borda do pré-sal. Para que foi criada a IV Frota americana?”

ção da área, apenas pagar a participação especial que, pela legislação vigente na época em que o contrato de concessão foi assinado, se limita ao máximo de 40% do valor do petróleo produzido.

Outra situação, que já está aparentemente confirmada com o campo da Petrobras em Iara, perto de Tupi, é a de o campo descoberto se estender para além da área que configura o bloco concedido. Nesse caso, parte do petróleo pertence ao concessionário e, na proporção em que o campo se estende para além da concessão, à União, ao povo brasileiro, portanto. E a terceira possibilidade é a hipótese de um único campo gigantesco, com até mais de 90% do petróleo do pré-sal, que, dessa forma, pertenceria à União.

De qualquer maneira, em qualquer das hipóteses, uma fotografia clara da situação geológica e dos problemas jurídicos a serem discutidos só pode ser definida após a conclusão desse esforço exploratório para delimitar o posicionamento e a quantidade recuperável de petróleo, o que também dará as bases para um plano de avaliação.

Portanto, hoje já temos a seguinte situação: o petróleo descoberto pertence parcialmente aos concessionários e parcialmente à União. Pela Constituição, todo petróleo pertence à União. Deixa de pertencer somente no momento em que é produzido por um detentor de contrato de concessão.

RB Qual é a fronteira do pré-sal?

IS Aparentemente, o petróleo do pré-sal está contido na faixa de 320 quilômetros que delimita a zona de exploração econômica exclusiva do País. Aí já existe um

problema: é preciso calcular essa zona, não só a partir do litoral continental do País, mas também das ilhas que estão contidas nessa zona. A Marinha brasileira, por exemplo, a define como sendo mais ou menos metade da área continental do Brasil, mais de 4 milhões de quilômetros qua-

drados, pois inclui, por exemplo, para medir a zona econômica exclusiva, as ilhas brasileiras de São Pedro e São Paulo, localizadas a cerca de mil quilômetros do nosso litoral. Mas nem todos os países reconhecem a soberania brasileira e o direito de exploração exclusiva dos recursos nessa zona. Os EUA, por exemplo. Aliás, é de se perguntar se a reativação da IV Frota dos EUA, originalmente lançada para deter o avanço do nazismo no Atlântico Sul durante a Segunda Guerra e, depois, desativada, apenas coincidiu com o anúncio da descoberta de Tupi nessa região, certamente monitorada pelos aparelhos de inteligência de muitos países. Daí o esforço exploratório tornar-se ainda mais urgente, para que, o quanto antes, a nação brasileira possa determinar a exata extensão desses recursos, de modo a assegurar sua soberania sobre eles, inclusive com a definição das políticas de defesa necessárias nesse sentido.

RB A sua conclusão, então, é mesmo a de que a questão política primeira é a Petrobras delimitar e medir o petróleo do pré-sal?

IS A determinação do volume de recursos no pré-sal é urgente pelo seu duplo significado, econômico e estratégico. Há, em decorrência da legislação em vigor, uma questão jurídica a ser resolvida na delimitação dos campos para se determinar qual o volume que pertence a cada um dos concessionários de contratos. Haverá uma unitização global ou uma unitização por cada ilha, se for um “continente” ou se for um “arquipélago”.

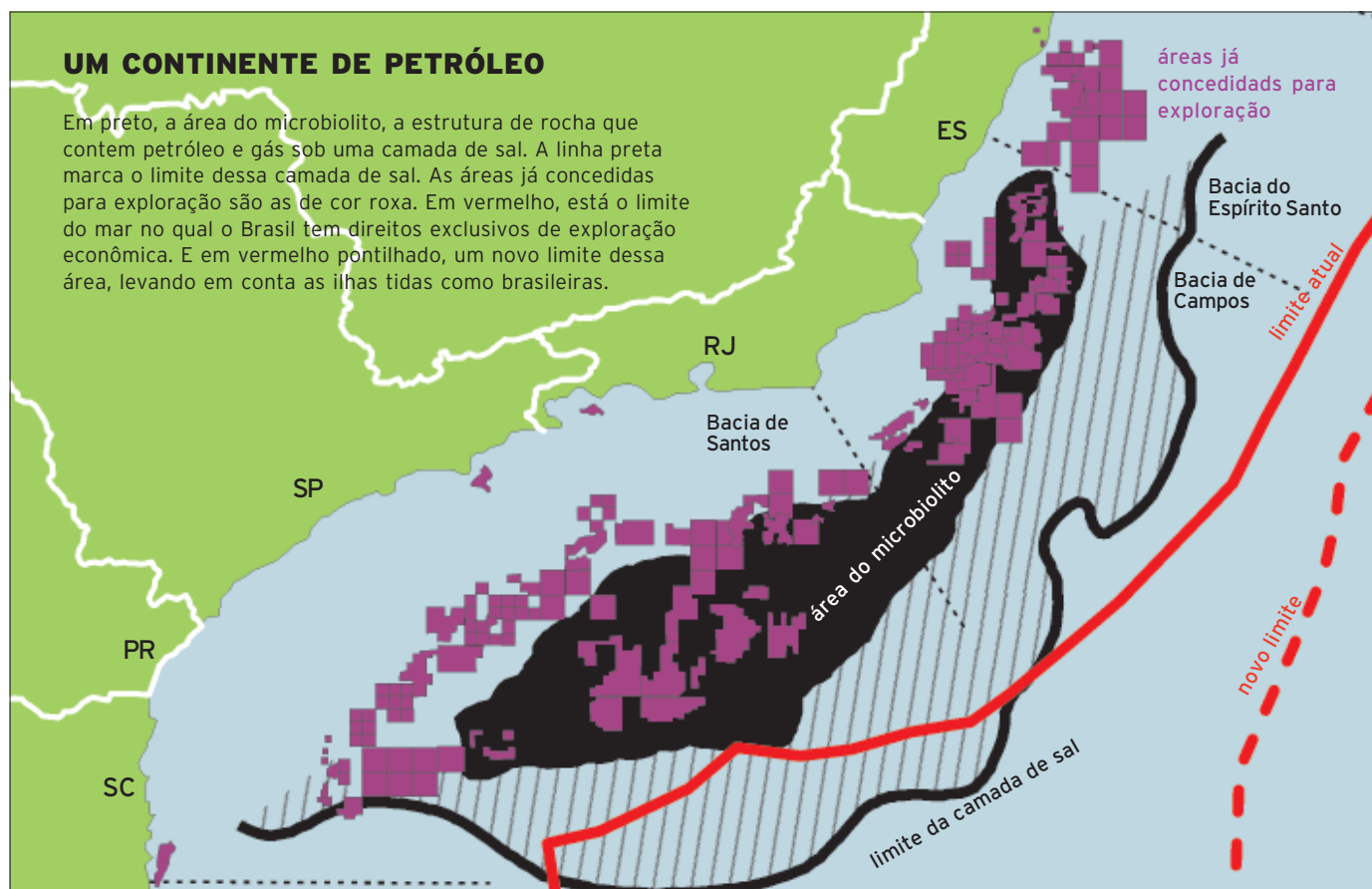
Unitização é o processo pelo qual, de acordo com as práticas reconhecidas mundialmente, a exploração se faz sem a deterioração da produtividade dos vários poços. Toda vez que se descobre que campos inicialmente tidos como independentes se comunicam e se constituem em um único campo, exige-se, pela boa prática para o aproveitamento do recurso, que se faça a unitização. Essa é uma das razões fundamentais pelas quais se precisa urgentemente concluir o processo exploratório e formular o plano de avaliação, que vai dar as bases técnicas para que as questões jurídicas possam ser resolvidas satisfatoriamente e ordenadamente, no interesse da nação brasileira.

A segunda razão é estratégica. Em termos geológicos, a camada do pré-sal – com ou sem petróleo – pode se estender ou mesmo ultrapassar os limites da ZEE reconhecida até recentemente. Quem pode querer disputar o petróleo do pré-sal, de uma forma ou de outra?

Há uma nova configuração geopolítica internacional e o petróleo continuará tendo enorme importância nessa conjuntura. O petróleo deve permanecer pelas próximas décadas como o grande insumo da produção e da mobilidade de bens e pessoas. Apesar dos esforços de mudança tecnológica nos processos de uso final mais eficiente e da busca de uma matriz energética menos baseada em combustíveis fósseis, suscitada pela discussão em torno das mudanças climáticas, os recursos de petróleo convencional, estimados ainda em 2 trilhões de barris remanescentes, serão explorados ao longo das próximas décadas a uma razão superior à atual, de 85 milhões de barris por dia, dado o crescimento populacional e econômico. A estrutura produtiva mundial, organizada a partir da segunda Revolução Industrial, depende do petróleo para a manutenção dos elevados níveis de produtividade do trabalho humano incorporado na produção

e na circulação, o que permite enormes excedentes econômicos. O petróleo tende a manter seu elevado valor como insumo, com capacidade de permitir a produção de enorme excedente econômico, que é em torno do que se move o capitalismo. Isso está ainda mais claro especialmente agora, depois do estouro da bolha especulativa, quando se reconheceu mais uma vez que a origem da riqueza e do valor sempre está na incorporação do trabalho nos processos de produção. A busca de maior produtividade é o que permite a produção de maior excedente.

Por essa razão é que aqueles países que dependem das maiores reservas atuais e daquelas que vierem a se configurar se situam num quadro muito especial e complexo em relação à geopolítica mundial, da forma que se viu longamente no século passado, com inúmeros conflitos pelo domínio das áreas onde potencialmente existe esse recurso.



AS DECISÕES A MÉDIO PRAZO É PRECISO LEVAR EM CONTA O QUE OCORREU NO SETOR ELÉTRICO, EM QUE HOUVE USURPAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

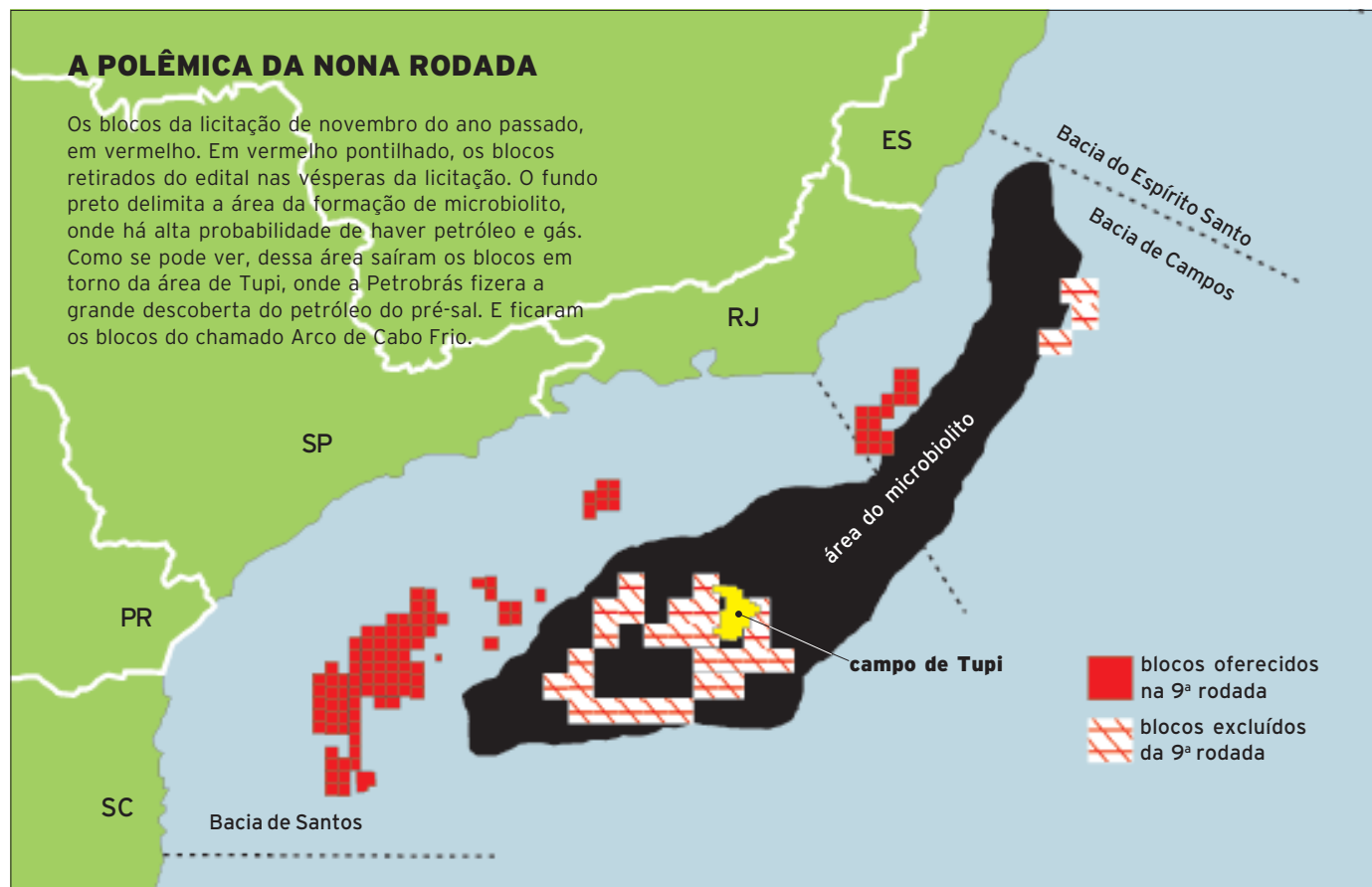
Retrato do Brasil Entendemos que a sua proposta envolve não apressar decisões que só podem ser tomadas a médio prazo. Aparentemente, há uma certa urgência em se formar um núcleo de pessoas que passe a decidir as questões do pré-sal...

IS Hoje, a União tem dois caminhos para fazer o trabalho na área do petróleo. Um, seguindo a Lei 9.478, a lei da liberalização, que permite as concessões. Outro, pelo fato de a possibilidade ainda estar aberta na Constituição, de contratar a produção do petróleo diretamente em seu nome. Daí a proposta de contratar imediatamente a Petrobras para que ela conclua o processo de exploração do pré-sal que apenas foi iniciado. Nesse sentido, não se

deve definir uma solução de configuração institucional para o controle da produção, desenvolvimento e eventual comercialização do petróleo sem antes tomar posição e resolver essas preliminares essenciais.

RB Gostaríamos que o senhor falasse da gestão de um processo como esse, incluindo aí sua experiência com a aplicação do novo modelo do setor elétrico. Em uma palestra recente, o senhor disse que, no governo Lula, deixou a Universidade de São Paulo e foi para a direção de Gás e Energia da Petrobras e, "de repente", se deu conta de que estavam fugindo do setor elétrico estatal bilhões de reais, por meio de manobras, por jogos financeiros e negociais.

IS No setor elétrico, a idéia era centralizar a comercialização da energia por meio de uma entidade estatal. Ela compraria energia das usinas estatais já amortizadas, por um preço que lhes garantisse seu fortalecimento e novos investimentos, e a venderia a um preço abaixo dos valores internacionais. Portanto, parte do excedente econômico iria como incentivo à produtividade e à inserção internacional da economia brasileira por meio de uma energia com preço abaixo dos custos marginais internacionalizados. Essa diferença seria a existente entre o custo médio da geração da energia elétrica no País e o custo marginal, que é o custo da energia



nova. Essa parte iria para o sistema produtivo. Este teria, assim, uma energia de menor tarifa do que aquela a que o mercado competitivo levaria, porque esse mercado sempre vende qualquer produto a partir do custo marginal, da última unidade produzida.

Outra parte viria do fato de as estatais produzirem energia muito barata graças ao seu sistema de cooperação entre usinas e de muitas delas já estarem praticamente amortizadas. O governo pegaria a diferença entre o custo médio da energia comprada das estatais e o preço de venda dessa energia pela comercializadora pública e a apropriaria socialmente. A estimativa era de que isso poderia gerar 300 milhões de megawatts-hora, vendidos a 100 reais o megawatt-hora. Com um custo da ordem de 60 reais o megawatt-hora, seria gerado um excedente anual de 10 a 15 bilhões de reais, dependendo do ponto em que se fizesse a partição entre os consumidores do sistema produtivo e o sistema social. Essa era a proposta, mas repentinamente ela ficou no papel.

RB E como isso aconteceu?

IS Não se capitalizaram as empresas estatais, como estava previsto. O governo Lula manteve a regra básica de criação do mercado livre, que era a desconstrução das estatais, já no dia 1º de janeiro de 2003. Essa desconstrução, a base de 25% ao ano, se estendeu entre 2003 e 2006, quando todos os contratos iniciais das estatais foram rompidos, como previsto no modelo liberal. Ao mesmo tempo, criou-se capacidade fictícia, com usinas termelétricas sem gás natural e sem energia vendida. Dois mil megawatts eram energia da Argentina. Estavam sendo pagos e não tinham condições de serem supridos. Outro exemplo: a energia das usinas térmicas de Uruguiana e Cuiabá, sem acesso a gás natural firme, era computada como existente. O programa das energias alternativas, baseado em usinas eólicas e em pequenas centrais hidrelétricas foi contratado e não foi implementado. Na base da transferência de riqueza, estava um modelo de precificação de energia de curto prazo, em que se ancorava o dito mercado livre, que era uma fraude. A base do preço de curto prazo vinha de um programa computacional, o Newave, desenvolvido na Eletrobrás. Daí saía um “preço”, cuja fun-

ção era orientar o operador se ele devia ou não guardar água. No sistema elétrico brasileiro, em grande parte hídrico, se se guarda água hoje, se queima combustível - gás, óleo, carvão. E isso tem um custo. Se a água for guardada sem necessidade, se no futuro não for usada, é como se se estivesse jogando combustível fora. Então, o Newave tem a função de orientar a gestão da água no tempo. Mas esse indicador passou a ser usado como legitimador de preço no mercado livre. E esse mercado cresceu, no go-

avancado demasiadamente e não se podia voltar atrás. Mas procurava-se estancar a apropriação do excedente em curso. Seriam escolhidas para explorar petróleo as empresas mais capacitadas em termos tecnológicos e empresariais e que oferecessem ao Estado, nos contratos, tanto mais retorno quanto menor fosse o custo de extração. Se o campo produzisse 10 mil barris de petróleo por dia, esse volume seria quase que inteiramente do produtor. Se produzisse 20 mil, 30 mil

“Se foram retirados da nona rodada de licitação os blocos no entorno do poço de Tupi, por que não foram retirados os do arco de Cabo Frio, finalmente arrematados por notório empresário nacional, que recrutou quadros técnicos na Petrobras, na antevéspera do leilão?”

verno Lula. De quase nada para 12 mil megawatts médios, um quarto de toda a energia elétrica brasileira consumida. Com a desconstrução das estatais num período de sobra de energia – logo após o apagão do setor elétrico, que reduziu o consumo – e com essa fraude em torno do preço de liquidação dos negócios no curto prazo, se fez uma enorme transferência. Em 2006, os próprios comercializadores anunciaram que os cerca de 500 consumidores livres, que compraram cerca de 60 milhões de megawatts-hora (8 mil megawatts médios) em 2005, tiveram um ganho de 2,6 bilhões de reais. Se eles contratassem energia pelo custo estrutural regulado pela ANEEL [Agência Nacional de Energia Elétrica], pagariam 109 reais o megawatt-hora. Compraram a 61 reais dos comercializadores. E estes compravam a 18 ou 20 reais das geradoras, a maioria, estatal. Então, no bojo da reforma que tinha o objetivo de atender às propostas formuladas em 2002, veio o cavalo-de-troia do mercado livre, que praticamente descapitalizou todas as estatais de energia elétrica.

RB Como era a proposta do Instituto da Cidadania no setor de petróleo?

IS O centro da reforma era a criação de novos mecanismos institucionais e a mudança do regime de concessão. Reconhecia-se que alguns processos tinham

barris e daí em diante, a fração do valor produzido destinada ao Estado seria progressivamente maior, podendo chegar até 90% em campos altamente produtivos.

Mas o modelo de 1997 foi mantido, mesmo com objeção de muitos dirigentes, inclusive da Petrobras. Achava-se que não se poderia continuar o regime de rodadas de concessão. Houve ações judiciais. A oitava rodada, por exemplo, foi barrada na Justiça. Os grupos multinacionais encastelados no Instituto Brasileiro do Petróleo iam frequentemente ao Ministério de Minas e Energia e à Casa Civil do governo Lula para defender as novas rodadas e um acelerado ritmo de exploração, com o discurso de que isso manteria a credibilidade internacional da gestão econômico-financeira do governo brasileiro.

RB As concessões já feitas sobre o pré-sal valem para sempre? Quem recebeu uma concessão, dada aparentemente para explorar o pós-sal, tem automaticamente concessão para explorar o pré-sal?

IS As concessões foram dadas com três anos para a tarefa de exploração. Tendo sucesso, o concessionário tem 20 anos para produzir. Quanto a até onde vai o bloco da área de concessão, evidentemente ele não pode chegar até o centro da Terra...

RB Como foi a suspensão da nona rodada?

IS Desde os anos 1970, sabia-se que abaixo da camada do sal na bacia de Campos

havia anomalias que potencialmente indicavam a presença de rocha com estrutura que poderia conter petróleo. No governo Lula, a nova direção da Petrobras toma a decisão de estender os furos em poços já existentes, para testar o pré-sal. Finalmente, em maio de 2007, a Petrobras comprova a existência de hidrocarboneto leve, de alta qualidade, no campo de Tupi, na bacia de Santos. Essa descoberta é comunicada ao presidente da República pelo presidente e pelo diretor de Exploração e Produção da Petrobras, numa reunião que levou mais de cinco horas, com explicações detalhadas. A Petrobras entendia que era hora de revisão do marco regulatório e de suspender toda e qualquer nova licitação de campos na área do pré-sal. Houve uma disputa no governo. E a rodada foi mantida por quase meio ano. Em outubro de 2007, poucos dias antes do leilão de concretização da nona rodada, o presidente da República foi convidado a ir até o Cenpes, o centro de pesquisas da Petrobras, para ver os testemunhos do campo de Tupi. E aí ele toma a decisão de finalmente retirar da licitação 41 blocos.

O curioso é que só foram retirados os blocos em torno de Tupi; não foram retirados da nona rodada os blocos que estavam sobre o pré-sal no chamado arco de Cabo Frio, finalmente arrematados por notório empresário nacional, que recrutou quadros técnicos na Petrobras na antevéspera do leilão. Essa é uma prova de que o maior risco é o de que o acesso aos recursos e a partilha da produção sejam comandados a partir dos interesses urdidos nos palácios, sem qualquer participação popular e debate mais amplo. O aqodamento na definição dos modelos de partilha pode estar mais ligado ao calendário eleitoral do que ao aproveitamento dos recursos no interesse do povo brasileiro.

RB Como evitar esse risco? O senhor deu uma entrevista aos jornais falando sobre a necessidade de mobilização popular para se ter legitimidade e apoio para as decisões.

IS Uma vez definido e avaliado com precisão o petróleo do pré-sal, a estratégia de exploração deve ser decidida por meio de um amplo debate popular. Para isso é preciso retomar, desde já, a campanha que deu origem à Petrobras, com a recuperação, no processo de discussão, do sentimento popular de soberania, autonomia e busca de uma trajetória nova para a nação brasileira. Num contexto desses, aí sim, deve-se definir o

marco institucional, empresarial e jurídico que permitirá o desenvolvimento desses recursos no ritmo apropriado e no rumo certo. Os encarregados da gestão desses recursos, na entidade a ser criada com esse fim, devem ser da ampla confiança do povo brasileiro. Do contrário, estaremos escorrendo para um espaço onde vão prevalecer mais uma vez os interesses dos grandes oligopólios internacionais e nacionais vinculados à apropriação do excedente econômico gerado no setor de energia, seja ela de eletricidade hidráulica, seja de petróleo, seja também na área dos biocombustíveis, em que as entranhas do Brasil vêm sendo abertas para plantar cada vez mais cana e também para produzir biodiesel à base de soja...

RB Essa é uma tarefa política?

IS É. E a luta política é complexa. Muitas vezes, propostas públicas são apresentadas com um certo apelo popular, têm a aparência de um presente. Mas, no fundo, são uma armadilha. É importante rever a experiência do setor elétrico, porque no petróleo os interesses são maiores. Se a reserva do pré-sal tiver a forma de um continente, ela pode chegar a 350 bilhões de barris de petróleo. Nesse caso, o Brasil se equipararia à Arábia Saudita, com as maiores reservas do mundo. Poderia produzir, a médio prazo, como os sauditas, de 10 a 12 milhões de barris por dia. Isso geraria um excedente econômico próximo de 1 bilhão de dólares por dia, cer-

a nação brasileira deva seguir seja mais prudente: a de não exaurir imediatamente, com uma taxa de exploração elevada, toda a sua reserva. Essa é uma discussão importante e estratégica: a do ritmo de exploração desses recursos. Produzir o petróleo o mais rápido possível, vendê-lo e transformar o resultado em reservas monetárias, por exemplo, não vai resultar automaticamente em sua conversão, no futuro, em capacidade produtiva, educacional, científica e tecnológica, em infra-estrutura e saúde para o povo. Formar um excedente monetário no exterior, colocar em um fundo soberano para ajudar, como se propõe, a financiar as chamadas multinacionais brasileiras no exterior que existem hoje, quando o País tem uma inserção subordinada no sistema produtivo internacional, não deve ser a melhor opção. Talvez isso não permita nem sequer uma valorização superior à que o próprio petróleo teria se permanecesse no subsolo dentro de uma estratégia de exploração definida a longo prazo.

Essa é uma discussão relevante. E mais uma razão para que não se vá com muita sede ao pote, com o risco de quebrá-lo.

RB Resumindo, quais seriam os passos para uma exploração do pré-sal que realmente interessasse ao povo brasileiro?

IS Como já disse, é necessário que, antes de qualquer partilha, feita sem conhecer o recurso a ser partilhado, se avance na ex-

“O maior risco é que o acesso aos recursos e a partilha da produção sejam comandados a partir dos interesses urdidos nos palácios, sem qualquer participação popular e debate mais amplo. O aqodamento na definição dos modelos de partilha pode estar mais ligado ao calendário eleitoral do que ao aproveitamento dos recursos no interesse do povo brasileiro”

ca de 300 bilhões de dólares por ano quando em plena produção.

RB Aqui chegamos à discussão da estratégia de produção...

IS Exatamente. Deve-se reconhecer que há uma tendência normal de valorização do petróleo no futuro. Talvez a estratégia que

ploração do petróleo. Que se aprofunde o conhecimento do pré-sal. Que a Petrobras seja contratada, nos termos da lei brasileira, diretamente para concluir o esforço exploratório; que se delimite o pré-sal; que se faça um plano de avaliação; que se determine um projeto possível e equilibrado de produção. Isso tem um custo e exige um



O presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff, na primeira extração comercial de petróleo do pré-sal, no campo de Jubarte, Espírito Santo

enorme esforço de planejamento exploratório. Temos de escolher, na região, pelas indicações geofísicas reveladas pelos furos já feitos, exatamente onde mais é necessário furar. E um furo desses pode custar 60 milhões de dólares! Se forem necessários mais cem furos, isso custaria cerca de 6 a 10 bilhões de dólares em investimentos. Pelas razões que apontei, esse plano exploratório precisa ser concluído! É tecnicamente indispensável que se faça esse investimento, que se delimite o campo. Se for único, obviamente terá um só operador. Quanto aos concessionários que já estão lá, no momento adequado, se achará como resolver o problema.

RB E o passo seguinte, qual seria então?

IS Aí então deve-se definir uma estrutura institucional capaz de reconhecer, na experiência brasileira em outros setores e na experiência internacional, mecanismos pelos quais o controle público e social sobre a apropriação do excedente econômico, sobre a destinação dele para as prioridades debatidas amplamente, seja possível. E é evidente que, também nessa fase, a Petrobras deverá estar na liderança empresarial e industrial do processo. Como já acontece hoje, a Petrobras atua como grande integradora de uma complexa rede de tarefas, serviços, equipamentos e processos inteiramente interligados. É talvez uma das mais sofisticadas redes tecnológicas existentes no País. Faz con-

ciliar atividades simultâneas de intervenção na natureza, de limitação do risco geológico, da melhor estratégia de intervenção, de gerenciamento de risco empresarial e de risco financeiro. Enormes quantidades de dinheiro fluem nesse conjunto de atividades. E, no processo atual da estrutura econômica mundial, financeira e produtiva, é preciso saber fazer essa condução.

RB Como o senhor vê a participação do capital estrangeiro nessa etapa?

IS A Petrobras trabalha com as chamadas *oil service companies*. São empresas que prestam serviços geofísicos, que fazem equipamentos e prestam serviços – de plataformas, dutos, perfuração, sistemas de comando e controle – e toda uma rede de tarefas. São empresas brasileiras e internacionais. E certamente muitas vão participar de um conjunto grande de atividades novas necessárias à exploração do pré-sal. Novas empresas também terão de ser criadas. Agora, é preciso ver que essas empresas também se apropriam de parte do excedente econômico criado e que o País deve trabalhar para que a maior parte dessa riqueza fique aqui.

Uma vez definido o volume dos recursos descobertos e o ritmo pelo qual se vai estrategicamente desenvolver a produção, há um conjunto de ações que precisam ser desenvolvidas simultaneamente. Isto é, toda a capacitação das indústri-

as e serviços de apoio, que será enorme, precisa ser planejada e articulada. A política industrial, a política tecnológica, a política científica e a política ambiental precisam acompanhar essa estratégia. Há instituições a serem criadas e fortalecidas.

RB A Petrobras tem capacidade para conseguir os investimentos necessários?

IS É claro que o volume de investimentos tem de ser concatenado. Mas não há dúvida de que, para um petróleo como o do pré-sal, praticamente sem risco exploratório, não faltará mecanismo de financiamento. Uma ou outra cassandra do caos diz que não há financiamento, especialmente agora que a crise financeira se abateu sobre o mundo. Não é verdade. Mas é preciso também que o governo remova as restrições hoje existentes na área de financiamento dos bancos públicos, do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social]. Há restrições decorrentes da visão dos anos 1990, da política de Estado Mínimo, de controle do déficit público especialmente a partir da contenção do investimento estatal, dessa visão que limita a capacidade de endividamento do setor público.

RB Qual o modelo que está se anunciando para a entidade pública de gestão do petróleo do pré-sal?

IS A proposta que se delineia hoje é a

de se criar uma pequena empresa que, em nome do governo, geriria a contratação da produção do petróleo por qualquer tipo de empresa, mantendo-se a ANP em funcionamento, no regime atual, para todas as áreas do petróleo, exceto a do pré-sal. Com isso, parece-me que estamos repetindo o erro do setor elétrico, pois criam-se instituições e mecanismos diferentes, com brechas abertas entre eles, para as contradições que permitirão a possibilidade de se continuar contratando para áreas que não são do pré-sal e áreas que eventualmente venham a ser do pré-sal. Numa empresa assim, parece-me, estará o foco de toda a pressão política, econômica e geopolítica. É ingênuo acreditar que uma nova empresa, com uma centena de pessoas, possa ser nomeada a partir do Palácio do Planalto para supervisionar esse processo complexo e resistir às pressões dele decorrentes.

RB Essa empresa poderia ser a Petrobras?
IS Deve haver um ente público que tome

posse dos recursos do pré-sal que são da União. Mas a empresa notoriamente capacitada para liderar o processo prático de exploração e produção desses recursos e para realizar os estudos que ajudarão a re-

tos outros campos. As multinacionais do petróleo estarão aqui de prontidão, batendo à porta no dia-a-dia para que essa empresa lhes dê direitos. Já temos exemplo do que acontece na hora da partilha. Veja-se o cam-

“Eu tinha redigido a proposta de modelo do setor elétrico em 2002. E fui para a Petrobras. Quando me chamaram a atenção, em 2005, o sistema elétrico estatal vinha perdendo, por truques regulatórios, cerca de 5 bilhões de reais por ano. No petróleo, poderá estar em jogo 1 bilhão por dia”

solver as pendências decorrentes do fato de parte do pré-sal já ter sido concedida a muitas empresas é a Petrobras. Uma empresa de pequeno porte, com processos de indicação dos seus gestores nos moldes em vigor hoje e em todos os governos recentes, carrega o grande risco de repetir a experiência negativa do setor elétrico e de mui-

po de Bijupirá-Salema, na bacia de Campos, onde a Shell produz cerca de 60 mil de barris de petróleo por dia que saem diretamente de alto-mar para o exterior. Isso jamais seria permitido nos EUA, por exemplo, onde a exportação de petróleo só é possível com autorização direta do presidente da República.

NOVA CAMPANHA DO PETRÓLEO UMA NOVA MOBILIZAÇÃO SERVIRÁ PARA RETOMAR A DISCUSSÃO DO RUMO A SER DADO AO PAÍS

Retrato do Brasil Gostaríamos que o senhor avaliasse o papel da Petrobras de modo mais amplo, dentro da história da indústria do petróleo.

IS Em primeiro lugar, deve-se observar também que petróleo é, cada vez mais, um recurso geopolítico. As grandes reservas mundiais, hoje, estão sob o controle dos Estados nacionais e de suas empresas estatais. O sistema estatal brasileiro foi fundamental na história do desenvolvimento do País. Ele foi fruto de uma intervenção clara do Estado na economia, com a criação dos sistemas Telebrás e Eletrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, do BNDES. Nessa iniciativa estatal, destaca-se, acima de tudo, a criação da Petrobras. Nas décadas de 1940 e 1950, o povo brasileiro reconheceu o papel emergente e fundamental do controle da energia para o incremento da produtividade e a modernização produtiva do País. Foi, por isso, às ruas e montou a campanha “O Petróleo

é Nosso”, finalmente vencedora com a criação da Petrobras, em 1953.

RB Quando se pode dizer que tem início a orientação que levou à descoberta do pré-sal?

IS Quando se esgota o chamado “Milagre Brasileiro”, do crescimento acelerado dos anos 1968-1973, quando a economia mundial entra em crise, com a inflação americana, com a alta do preço do petróleo e, finalmente, com a política de elevação das taxas de juros pelo Banco Central americano, se abate sobre o Brasil a questão do endividamento externo. O País fica sem divisas para comprar petróleo, cujos preços dispararam nos dois surtos, o de 1973 e o de 1979. Na época, são criados no País o Pró-Óleo, que morreu e hoje sobrevive de certo modo no programa do Biodiesel; o Pró-Álcool, que floresceu graças a um conjunto de interesses industriais e agrícolas; o Programa Nucle-

ar, que também acabou; e, acima de tudo, se delega à Petrobras a missão de buscar a auto-suficiência do Brasil em petróleo, para dar continuidade a um modelo econômico fortemente baseado no favorecimento da indústria automobilística e do transporte rodoviário. Essa foi uma armadilha deixada pela estratégia implantada nos anos 1950, a partir do governo de Juscelino Kubitschek.

Já em 1968, havia indícios de petróleo no mar, na plataforma de Sergipe. E em 1975 a bacia de Campos começa a revelar resultados. A partir dali, a Petrobras se aprimora na busca de petróleo no mar – em duas ocasiões, recebeu o prêmio mundial de tecnologia pioneira em *off-shore* – e passa a desenvolver tecnologia mais aceleradamente, com o desenvolvimento do Cenpes [Centro de Pesquisas da Petrobras], com alianças em todas as universidades e laboratórios no Brasil e no exterior, com as chamadas *oil service companies*.



A Petrobras foi criada a 3 de outubro de 1953, no governo Vargas. Na foto, Getúlio visita um dos primeiros poços de exploração de petróleo

Com isso, criou-se essa capacidade complexa de intervir sobre o mar, de posicionar dinamicamente navios nos quais se penduram brocas estabilizadas com cerca de dez quilômetros de extensão, atravessando de dois a três quilômetros de água do mar e, em seguida, mais três a seis quilômetros de subsolo marinho para chegar ao pré-sal! São condições inteiramente desafiadoras, mesmo em plano mundial. Esforço comparável a esse só aconteceu no Mar do Norte, com o desenvolvimento da exploração do petróleo e do gás pela Grã-Bretanha e pela Noruega.

RB O que significou para a empresa a era neoliberal?

IS No debate atual, chegaram a dizer que a Petrobras já era uma empresa estrangeira. De fato, ainda subsistem na empresa resquícios da cultura Petrobrax, da época em que o governo Fernando Henrique Cardoso tentou mudar o nome da empresa para facilitar a transformação dela numa multinacional sem pátria. Ao examinar a geração de valor pela empresa, veremos que a avaliação de que a Petrobras é uma empresa estrangeira, pelo fato de grande parte de suas ações estar em mãos de estrangeiros e ser vendida na Bolsa de Nova York, é equivocada. No seu conjunto, ela continua sendo a maior realização histórica do povo brasileiro.

Nos anos 1990 e nos anos 2000, abriu-se o capital da Petrobras, primeiro para a

compra de ações com recursos do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], dos assalariados brasileiros, depois para investidores institucionais, como os fundos de pensão, depois para outras pessoas jurídicas no Brasil. Em seguida, foi-se à Bolsa de Nova York e lá se venderam, por 5 bilhões de dólares, 30% da Petrobras. Isso deixou equivocadamente a impressão de que a Petrobras não é mais brasileira; de que é, na verdade, uma produtora de excedente econômico – de lucros! – para acionistas majoritariamente estrangeiros. Reside aí o maior equívoco na base do modelo institucional que estão a propor.

ao se organizar para intervir na natureza por meio de sua capacidade e força de trabalho, multiplicadas em sua eficiência pelo enorme aparato tecnológico associado, produz petróleo, derivados, energia elétrica, gás natural, biocombustíveis e todo um conjunto de produtos e serviços na área de energia. Esses produtos são vendidos no mercado e têm um valor. Se subtrairmos desse valor produzido aquilo que a Petrobras compra de outros fornecedores, temos, então, o valor adicionado – o valor que o sistema Petrobras agrega à economia do País.

No sistema Petrobras, devem ser distinguidas quatro categorias: a primeira e

“Petróleo é, cada vez mais, um recurso geopolítico. As grandes reservas mundiais, hoje, estão sob o controle dos Estados nacionais e de suas empresas estatais”

RB Gostaríamos que o senhor detalhasse bem esse aspecto, pois estamos vendo cidadãos que nunca foram nacionalistas dizerem que é preciso fazer uma empresa pequena para tomar conta do petróleo do pré-sal porque a Petrobras é estrangeira.

IS É preciso deixar isso claro. Vou usar um conceito fundamental para a compreensão do problema, que se chama criação de valor adicionado. O sistema Petrobras,

mais importante é sua força de trabalho; a segunda é composta pelos seus acionistas, seus sócios; a terceira é a dos bancos que lhe emprestam dinheiro em troca de juros e vendem outros serviços, como seguros, etc.; a quarta é a dos governos que lhe dão acesso ao recurso natural, lhe dão garantia jurídica, lhe dão infraestrutura, etc.

Em 2006, o valor agregado pela Petrobras, isto é, o que ela produziu menos o que o adquiriu de insumos, foi 120 bi-

lhões de reais. Qual foi a destinação desse excedente econômico? Desse valor, 10,4 bilhões de reais foram para os trabalhadores, na forma de salários e benefícios; 10,9 bilhões foram para os bancos,

cionais rendem de 2% a 3% ao ano. Então, paga-se uma arbitragem negativa de cerca de 10% ao ano sobre as reservas. O governo poderia ter utilizado, em maio de 2007, quando o quadro estava claramente se alte-

lhões de reais por ano. A cadeia produtiva dos investimentos vai gerar outros 50 bilhões de reais por ano, em média, sem o pré-sal, no mesmo período. O pré-sal só entrará em grande escala depois de 2012. Além disso, a cadeia produtiva dos gastos operacionais para manter o sistema funcionando é de 55 bilhões de reais por ano.

“Nesse debate, chegaram a dizer que a Petrobras era uma empresa estrangeira. Embora ainda subsistam resquícios da cultura Petrobrax da época FHC, no seu conjunto ela continua sendo a maior realização histórica do povo brasileiro”

em pagamento dos diversos tipos de serviços; e 27,4 bilhões, para os acionistas, sob a forma de lucros, embora, desse total, somente cerca de 9 bilhões, aproximadamente 30%, tenham sido pagos como dividendos – o restante permaneceu no sistema Petrobras, em nome dos acionistas, como reserva de capital para futuro investimento.

Dos 120 bilhões, a parte maior, 72 bilhões de reais, foi para os governos, sob a forma de *royalties*, participações especiais e toda natureza de impostos diretos e indiretos em torno da cadeia produtiva.

RB Esse valor agregado às receitas dos três entes federativos – União, estados e municípios – está sendo bem aproveitado?

IS De fato, é preciso examinar para onde foram esses 72 bilhões de reais. O petróleo que está sendo retirado é recurso não-renovável, pertence às gerações futuras e está sendo queimado, de uma certa forma, em investimentos ou gastos correntes que podem não resultar em qualquer melhoria significativa nas condições sanitárias, nas condições educacionais e nem na infra-estrutura em que vive a população. Há aí, então, uma nova lição a se tirar.

RB Mas não se deve rever a política de venda das ações da Petrobras no exterior e a fatia que vai para os acionistas?

IS Sim. A Petrobras já devia ter posto em prática uma política de recomprar suas ações, usando para isso dinheiro das reservas do País. As reservas têm o que se chama de uma arbitragem negativa. O governo paga juros de 10% a 14% ao ano para acumular essas reservas aqui dentro do Brasil por meio da dívida pública, enquanto os depósitos em dólares das reservas interna-

rando no Brasil e a Petrobras estava cotada na Bolsa de Nova York em 90 bilhões de dólares, cerca de 30 bilhões de dólares das reservas para melhorar a composição societária da empresa. Essa proposta foi levada ao conselho da Petrobras e ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na ocasião, ele pediu silêncio, pediu para que a proposta não fosse divulgada, para que pudesse ser operacionalizada, mas ela não o foi. Claro que a composição societária poderia ter melhorado com isso!

No entanto, essa mudança não é essencial para que o desenvolvimento dos recursos do pré-sal possa ser feito pela Petrobras, desde que se construa um novo modelo regulatório. Esse modelo, como eu já disse, deve permitir que valor maior do que o atual – tanto maior quanto maior o volume de petróleo produzido – seja apropriado para fins públicos.

RB O senhor disse que a empresa paga a uma série de fornecedores uma soma muito importante. Nela está também o valor que se agrega com o trabalho sobre o petróleo. Pela visão dos financistas liberais, o dinheiro é o que importa. Para eles, tecnologias e qualquer coisa se comprem em qualquer lugar. Na Petrobras, o senhor preocupou-se com essa questão, na nova área dos biocombustíveis. Sua diretoria testou sistemas de agregação de valor junto à pequena e média empresa e, na produção de álcool, inclusive junto às cooperativas agrícolas. Gostaríamos que o senhor explicasse como a Petrobras poderia estimular a geração de valor fora do seu próprio sistema.

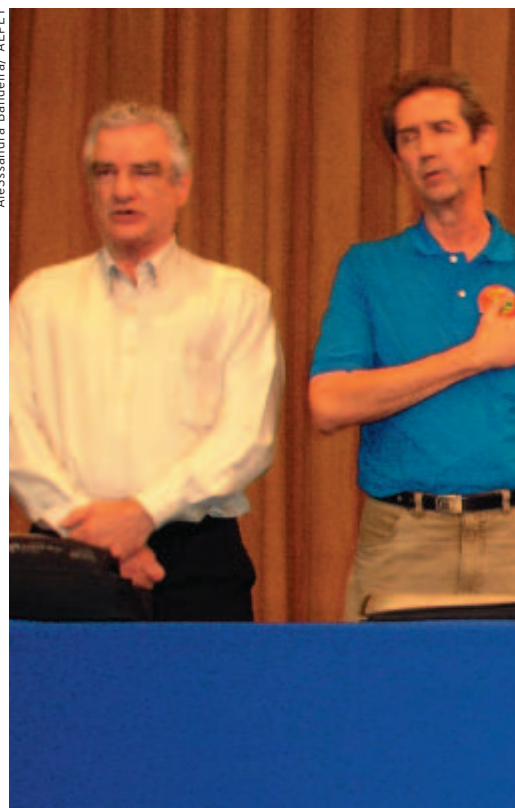
IS Além do valor agregado diretamente nas atividades do sistema Petrobras, há dois outros. A previsão que se tem hoje é a de que, entre 2008 e 2012, sem considerar o pré-sal, o valor adicionado pelo sistema Petrobras diretamente no País é da ordem de 140 bi-

RB O que o governo Lula mudou nessa área?

IS A partir de 2003, houve a definição correta de uma política de governo e de gestão da Petrobras no sentido de incrementar o conteúdo nacional dentro de um parâmetro mínimo para todos os tipos de atividades, de gasodutos a plataformas, refinarias, etc. Por exemplo, esse conteúdo nacional seria de 60% no caso das plataformas. Antes se dizia que a Petrobras é uma empresa internacional e, inclusive, mudaria o nome para Petrobrax, pois tinha de comprar em Cingapura ou onde quer que fosse mais barato. Não! A decisão tomada, correta sob vários pontos de vista, foi a de passar a fazer as plataformas dentro do País.

Primeiro, porque isso criou uma capacitação tecnológica enorme. A indús-

Ale3ssandra Bandeira/ AEPET



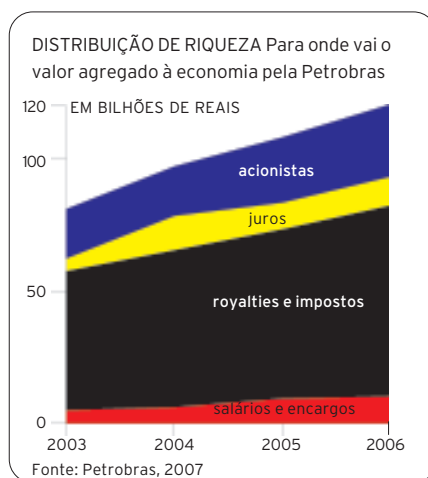
tria naval brasileira renasceu com a contratação, dentro do País, de plataformas e de navios de todas as espécies, gerando uma grande quantidade de empregos e de processos tecnológicos de modernização. E existe ainda o efeito direto dos insumos, do valor gerado dentro do País. A razão da correção está também nos custos, pois as plataformas no exterior subiram de preço extraordinariamente.

Em segundo lugar, está a própria disponibilidade e o controle dos cronogramas. É importante o exemplo de Barracuda e de Caratinga, plataformas feitas pela multinacional americana Hallyburton, que atrasaram cerca de dois anos! Ora, quando se deixa de produzir 150 mil barris diários de petróleo, isso significa uma valor enorme em dinheiro que não entra agora, mas vai para o fim da fila para entrar daqui a vinte anos! Esse exemplo mostra que a estratégia foi triplamente correta. Primeiro, pelo maior controle da Petrobras na construção dessas sofisticadas estruturas; segundo, pela questão do custo; e, terceiro, pela disponi-

bilidade de uma base tecnológica agora já existente para o novo salto que deve ser dado em direção ao fornecimento de equipamentos e serviços, em um outro patamar, em decorrência do recurso do pré-sal.

RB A Petrobras também está inserida em um mundo que debate a necessidade de diminuir a poluição, de controlar melhor os processos produtivos. Esse é um campo de vanguarda do qual, por exemplo, fazem parte os biocombustíveis e o problema de se combinar o uso do petróleo com outras fontes de energia.

IS Toda a civilização como a conhecemos exauriu 1 trilhão de barris de petróleo para pular de 1,7 bilhão de pessoas para 6,8 bilhões de pessoas em um século. Hoje se extrai petróleo a uma taxa de 85 milhões de barris por dia, mas crescendo. Então, a tendência é a de que o segundo trilhão de barris seja exaurido ao longo dos próximos 20 anos e, o último trilhão, em meados da década de 2040. Nesse quadro, ainda existem outros cerca 4,5 trilhões de barris de óleos remanescentes de xistos e



folhelhos betuminosos, como os do Canadá e, no Brasil, os de São Mateus do Sul, os óleos de águas profundas e ultraprofundas, como no pré-sal, e os óleos betuminosos, pesados, como os do Orinoco, na Venezuela, mais o óleo do Ártico, todos de custo de desenvolvimento

Mesa na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio, quando Sauer defendeu a tese: "o petróleo é nosso, a Petrobras é nossa e o pré-sal é nosso"



muito mais elevado. Assim, passa a ser muito menor o excedente econômico, isto é, a energia líquida que se consegue colocar à disposição do sistema produtivo.

Desse quadro se depreendem duas coisas: mesmo com a tendência mundial de combater o uso de combustíveis fósseis, a lógica natural da estrutura produtiva hoje existente é a de que será consumida até a última gota de petróleo mais acessível. Também o será o gás natural, que tem cerca de 2 trilhões de barris equivalentes. A segunda conclusão é a de que haverá a possibilidade, pelos custos mais altos da exploração de petróleo e a necessidade de busca adicional de energia consumida até a última gota de petróleo mais acessível. Também o será o gás natural, que tem cerca de 2 trilhões de barris equivalentes. A segunda conclusão é a de que haverá a possibilidade, pelos custos mais altos da exploração de petróleo e a necessidade de busca adicional de energia consumida até a última gota de petróleo mais acessível.

síntese, que permita produzir combustíveis de qualquer natureza, como o Pró-Álcool

traçada a partir de 2003 foi clara e deu resultados. E o ponto principal da estratégia

“A contribuição da Petrobras à economia do País é enorme. Para o período 2008-2012, sem o pré-sal, estima-se que ela agregue 150 bilhões anuais à produção nacional, em média, sem contar a cadeia produtiva dos investimentos e a dos gastos operacionais”

brasileiro ou processos que usem biomassa de outras maneiras – e são diversos os caminhos sendo pesquisados. A Petrobras já vem atuando nessa direção. A estratégia

foi, evidentemente, o de ter conteúdo nacional para que o processo fosse um motor do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

UM NOVO PAPEL DO ESTADO O MODELO NEOLIBERAL MORREU. É PRECISO REDISCUTIR A HEGEMONIA DO CAPITALFINANCEIRO

Retrato do Brasil Gostaríamos que, por fim, o senhor traçasse um panorama histórico ainda mais geral, que incluísse a questão da exploração do petróleo do pré-sal no quadro das diversas etapas de desenvolvimento do País. Nós o ouvimos, certa vez, na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), criticar a teoria das vantagens comparativas do economista clássico David Ricardo. O senhor dizia que as vantagens naturais que o Brasil têm para a agricultura não fizeram que o ciclo de produção de cana-de-açúcar e o ciclo do café levassem o País para a frente. Agora, um ciclo do petróleo fará esse milagre?

IS É preciso, de fato, ver que a questão social é determinante, que um País não se torna rico apenas porque tem recursos naturais. No período neolítico, o homem caçador-coletor simplesmente recorria a tudo que a natureza provida aleatoriamente, sem qualquer grau de organização. A fotossíntese produzia plantas, sementes, frutos e folhas e permitia a existência de animais. Ambos, vegetais e animais, eram apropriados na forma de caça ou coleta. Essa estrutura se altera drasticamente quando o homem, com sua capacidade de trabalho, pela primeira vez passa a domar e a orientar a fotossíntese, colhendo sementes e selecionando animais. Fez assim uma revolução agrícola que altera

a existência humana na face da Terra. Cria-se uma nova estrutura social. A atividade produtiva, a partir daí, passa a ser essencialmente social, com hierarquia para guardar sementes, dividir as terras e organizar a produção.

Esse processo se estende por cerca de 10 mil anos, até o fim do feudalismo na Europa e a emergência da Revolução Industrial. E é o desenvolvimento do capitalismo, o período pós-Revolução Industrial, cujos aspectos sociais precisam ser discutidos hoje. Esse capitalismo, muito competitivo na sua etapa inicial, até fins do século 19, torna-se monopolista, formam-se oligopólios. No setor de energia, isso é absolutamente claro, com o cartel da indústria elétrica, o do petróleo, por exemplo. E a oligopolização se dá porque se juntam a grande indústria e o capital bancário, para se formar a entidade central de nossos dias, que é o capital financeiro, como Marx percebeu e como perceberam os líderes revolucionários socialistas que fizeram a crítica da social-democracia, no início do século 20. E não é difícil perceber também que o modelo vigente de exploração do petróleo é baseado nos mesmos princípios do sistema financeiro internacional, criado a partir dos anos 1980 e que o fato de esse sistema ter

acabado de ruir nos deve levar a profundas reflexões.

RB O senhor é um dos grandes intelectuais brasileiros. Na sua área, é um expoente, com certeza. Mas a impressão que fica de sua intervenção é a de que o senhor considera a política como algo muito importante, talvez mais que o trabalho intelectual. Vimos pelos jornais a sua reação muito dura, de quase indignação, diante das tentativas de depreciar o papel da Petrobras. Agora, vemos que, de fato, o senhor está formulando uma proposta, criando como que a bandeira de uma campanha...

IS Em toda a atuação do grupo do Instituto da Cidadania na área de energia, nós procuramos formular uma proposta concreta, para uma entidade concreta, a campanha popular que levou Lula à Presidência da República. E não formulamos um modelo a partir de nossas idéias apenas; não formulamos um modelo ideal, mas aquele possível, dada a correlação de forças concretas. Avaliávamos que havia um avanço suficiente na sociedade brasileira para permitir a apropriação do excedente econômico, produzido nas empresas estatais, sob controle do Estado, para fins sociais mais amplos. A proposta de apropriar o excedente econômico



AFP

25 de setembro, protesto diante da Bolsa de Nova Iorque, em Wall Street: a ganância mata; é crime de guerra, dizem os manifestantes

visava resgatar as populações alijadas — umas sem acesso ao combustível, outras sem acesso ao transporte, outras sem acesso à energia elétrica. E era essa a lógica que parecia estar presente no governo Lula, que tendia ao socialismo. Mas essa proposta, sorrateiramente, foi abandonada no setor elétrico e não implementada no setor de petróleo e gás. Por isso, a proposta que colocamos hoje...

RB Daí sua idéia de uma campanha, de uma mobilização popular...

IS Sim, claro. Primeiro, é necessário criar força política para aprovar as propostas e garantir sua execução. Do con-

trário, como já disse, mais uma vez prevalecerão os interesses dos oligopólios. Na partilha do modelo de exploração da cana-

pode acontecer no setor de biocombustíveis, que vai se tornando importante, porque grande parte das terras brasileiras está

“O modelo de exploração do petróleo vigente é baseado nos mesmos princípios do sistema financeiro internacional criado a partir dos anos 1980 - que acabou de ruir”

de-açúcar, por exemplo, quem se apropriava do excedente econômico eram os financistas da Holanda, na fase anterior ao império inglês. Agora, algo semelhante

sendo arrendada e mesmo vendida a grupos internacionais que vêm aqui comandar o processo de produção e se apropriar do excedente econômico criado. E o



que os trabalhadores ganham? Emprego em condições de trabalho muitas vezes próximas das inadmissíveis para o século em que nós vivemos hoje. E, se houver mecanização, nem sequer muito emprego.

RB Se entendemos bem, o senhor acha que a nova campanha do petróleo pode evoluir para discutir novamente o rumo a ser dado para o País, de certo modo uma discussão que, com a posse do governo Lula, parou?

IS Pode-se dizer que sim, com a ressalva de que procuro falar sobre a área de meu maior conhecimento científico e técnico. Falo, portanto, da formulação de uma política de desenvolvimento econômico e social que necessariamente tem de estar ancorada numa política energética que leve em conta todas as condições sociais. Procuro falar de uma perspectiva histórica. O excedente econômico que propusemos usar no governo Lula é fruto de uma longa história de mais de 50 anos de luta e de trabalho do povo brasileiro para construir seu sistema estatal, para construir sua força de trabalho. Uma luta de realizações gigantescas. Que foi capaz de elaborar e implementar o setor elétrico interligado nacionalmente, dominando os recursos naturais hidráulicos. De criar o sistema Petrobras tecnologicamente tão avançado quando os mais avançados do mundo.

RB Sua proposta de campanha parte também da idéia de que há uma nova conjuntura, de que pode haver uma nova mobilização popular, em função da falência do modelo neoliberal.

IS Sim. Esse modelo foi uma reciclagem das idéias liberais, a partir dos anos 1980. Ele sucede ao keynesianismo, adotado após a quebra do sistema financeiro em 1929.

Àquela altura, havia uma alternativa clara não só ao modelo liberal do capitalismo monopolista, mas ao próprio capitalismo: era o socialismo, da Revolução Russa de outubro de 1917. É nesse contexto que o keynesianismo se desenvolve, que nos EUA se criam estruturas que não visavam apenas produzir energia, mas também organizar a produção ao assumir as atividades de maior risco. Lá e no Brasil também, com Getúlio Vargas, depois da Revolução de 1930, se faz aquilo que o sociólogo Francisco de Oliveira descreve como a criação do antivalor e da antimercadoria. Isto é, aquele valor que é produzido pelo Estado para ser colocado no sistema econômico para, de um lado, diminuir os riscos da produção e, de outro, permitir a reprodução da força de trabalho com mais benefícios e

No Chile, a ditadura de Pinochet e seus Friedmann Boys, os monetaristas da escola de Chicago, testam a visão de que o Estado do bem-estar social precisava ser destruído, pois a lucratividade e a produtividade do capital não estavam em níveis adequados. Os excedentes econômicos, dizia-se, estavam sendo apropriados pelos direitos sociais, educacionais, trabalhistas, previdenciários e todo um conjunto de atividades, tanto no plano mundial como no dos países individualmente. É no bojo desse ataque que é colocada em questão toda a estrutura de produção hegemônica no Brasil pelos sistemas Eletrobrás, Telebrás, Petrobras, BNDES e Siderbrás.

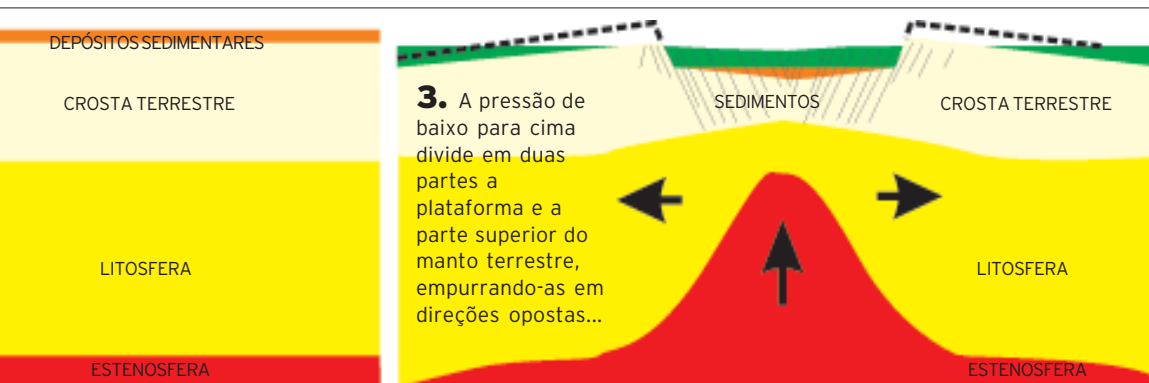
RB Mas há uma alternativa ao capitalismo neoliberal ou liberal? Uma das grandes marcas

“Esse petróleo é da época da separação África-América do Sul. A Petrobras fez o modelo de como o óleo embebido nos microbiolitos migrou nessa centena de milhões de anos. E de como o reservatório ficou preso sob a armadilha impermeável do sal”

maior lucratividade. O modelo keynesiano de intervenção estatal permitiu que o capitalismo internacional permanecesse com altas taxas de lucro até o começo dos anos 1970. No Brasil, o modelo keynesiano tem características próprias, e várias etapas se mantêm mesmo sob os governos militares dos anos 1964 -1984. Mas, desde o fim dos anos 1980, cria-se um novo paradigma, que começa a ser aplicado no Chile, o primeiro laboratório concreto das idéias neoliberais.

do avanço liberal foi o desmoronamento da União Soviética, a aparente destruição do que parecia ser a verdadeira alternativa, o socialismo.

IS Muitos esquecem que, além da reforma neoliberal do fim dos anos 1970, houve também a reforma do sistema socialista, na China. O sistema soviético desmoronou; o chinês, não. Os chineses reformaram o sistema estatal, mas basicamente o mantiveram. Tinham 300 mil estatais e hoje têm 150 mil, li num artigo re-



A FORMAÇÃO DO PETRÓLEO DO PRÉ-SAL

A crosta terrestre é fraturada. Forma-se um lago, que seca. Depósitos sedimentares que formarão o petróleo ficam sob duas grandes camadas de sal, aqui e na África.

cente, que dizia também que o balanço desse sistema de empresas é muito positivo. Aliás, é a China que pode permitir uma maior estabilidade no sistema econômico internacional, depois da crise americana. Isso é lógico. É a estabilidade dada pelo controle de produção. De certo modo, é o reconhecimento de que é o trabalho humano na transformação da natureza que gera valor, o resto é especulação, que, mais cedo ou mais tarde, pode cair como um castelo de cartas. Os americanos estavam consumindo cada vez mais, apoiados na bolha especulativa imobiliária. O mesmo ativo, a mesma casa, crescia de valor ano a ano, à medida que os títulos emitidos em torno da casa circulavam e aumentavam ficticiamente de valor. Na Holanda, em 1630, se não me engano, uma tulipa chegou a ter, entre os cidadãos, o valor de uma casa. Até que, de repente, o castelo de papéis desmoronou, todo mundo acordou da embriaguez. E a tulipa passou a ser uma mera tulipa, assim como, agora, uma casa passou a ser uma mera casa, que não circula – uma mercadoria muito particular...

RB Finalmente, quanto aos aspectos técnico-científicos do petróleo do pré-sal...

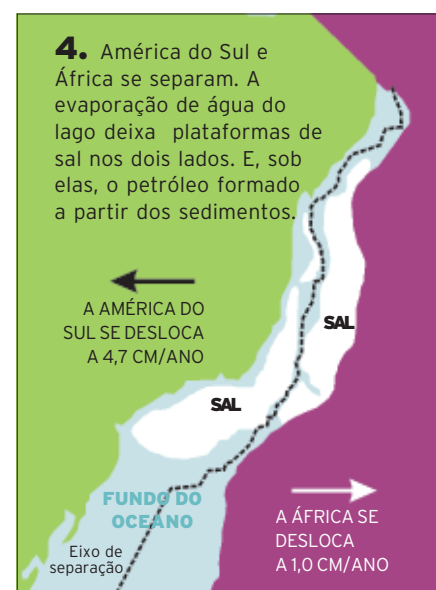
IS O petróleo é da época da separação África-América do Sul. Todo petróleo é energia solar acumulada. No caso específico do pré-sal, sua origem remonta há cerca de 110 milhões de anos, quando um supercontinente – o Gondwana – trincou-se em duas porções hoje correspondentes à América do Sul e à África, que, de início, então, estavam encaixadas uma na outra. Pernambuco estava encaixado mais ou menos onde hoje é a Nigéria. A partir dessa trinca, a água toma conta do espaço de modo que, a certa altura da história, forma-se ali uma imen-

sa poça de mar fechado cujas condições ambientais permitiram, ao longo de milhões de anos, a contínua acumulação de energia solar em matéria orgânica, como algas, microorganismos etc. Gradativamente, então, aquele mar se evapora até deixar uma camada de sal, enquanto parte da matéria orgânica vai se entranhando abaixo dela em uma matriz geológica hoje chamada de microbiolito, onde ocorre sua lenta transformação em petróleo.

Conforme os continentes se separam, parte do microbiolito fica do lado da África, entre Nigéria e Angola, e parte fica do lado da América, entre o Espírito Santo e Santa Catarina. Nesse longo processo de afastamento, há também uma série de outros movimentos horizontais e verticais mais localizados, como dobramentos e recorrimientos, e imensas bolhas de petróleo do microbiolito migram para cima, ultrapassam a camada de sal e ficam retidas nas camadas impermeáveis que compõem hoje as bacias do pós-sal, do Espírito Santo, de Campos e de Santos. Outra parte desse petróleo fica retida abaixo da camada de sal, que vai se tornando mais impermeável à medida que se consolida.

Esse movimento migratório do óleo se explica também pelo fato de ele ser menos denso do que a água. Aquecido nas camadas mais fundas, ele tende a se fluidizar e subir. Se não encontra uma armadilha impermeável, ele segue para a atmosfera, sofre transformações químicas e se evapora. Some simplesmente.

Essa é a hipótese básica: a de que o petróleo que está acima e o que está abaixo dessa camada de sal têm a mesma origem, pelo menos parcialmente. É por isso que, quando se descobriu que a matriz de mi-



crobiolito está presente desde Santa Catarina até o Espírito Santo, formulou-se imediatamente a hipótese da ocorrência de petróleo no pré-sal.

RB Qual o papel da Petrobras nessa história?

IS É importante mostrar que a descoberta do petróleo do pré-sal é uma prova inequívoca do enorme valor técnico-científico da empresa. Foi a Petrobras, nas últimas décadas, que fez o modelo de como o óleo embebido na formação de microbiolito migrou por cerca de uma centena de milhões de anos e de como o reservatório de óleo ficou preso sob a armadilha impermeável do sal. Foi a empresa também que testou, na prática, esses modelos, acabando, finalmente, por confirmá-los ao descobrir o petróleo. ■

A RÚSSIA VOLTA AO JOGO

O país mostrou força na crise da Geórgia. Os EUA de Bush (ao lado, com o russo Putin) pouco fizeram pelo pequeno aliado | *Armando Sartori*

O que significa o anúncio dos exercícios militares conjuntos a serem realizados em novembro próximo por forças navais da Rússia e da Venezuela em águas caribenhas? A Rússia não possui a força da antiga URSS. Uma avaliação feita há alguns anos mostrou que o país não tem condições de se equiparar aos EUA do ponto de vista dos armamentos nucleares, ao contrário da antiga URSS. Nessa avaliação, uma das constatações era a de que sua Marinha de guerra não tinha sequer recursos para realizar os treinamentos necessários. A prosperidade econômica nos últimos anos parece ter mudado essa situação: após a crise financeira que abalou o país em 1998, a economia russa cresceu em média 7% ao ano. O deslocamento de quatro navios para a região do Caribe, inclusive o cruzador Pedro, o Grande, considerado um dos maiores navios de combate do mundo, é um reflexo da nova situação.

O Ministério de Relações Exteriores da Rússia procurou desligar as manobras do recente conflito bélico com a Geórgia, afirmando que os exercícios estavam planejados há muito tempo. O Departamento de Defesa dos EUA também minimizou a importância do anúncio. “Fazemos esses exercícios militares em todo o mundo e realizamos manobras conjuntas com diversas nações”, disse um porta-voz do Pentágono.

Mas, coincidência ou não, o governo russo confirmou as manobras exatamente

um mês após o ataque da Geórgia à Ossétia do Sul, fato que desencadeou a pronta e eficiente intervenção de suas Forças Armadas. A fácil vitória sobre os georgianos, na que foi considerada por vários analistas como a maior operação militar russa levada a cabo desde o fim da URSS, tornou-se uma espécie de símbolo do retorno da Rússia ao jogo pesado das grandes potências. A proximidade entre a guerra com a Geórgia e a demonstração pirotécnica em parceria com o presidente venezuelano, Hugo Chávez, nas vizinhanças dos EUA parece reforçar essa visão. É claro que não cabem exageros: até agora, a Rússia demonstrou capacidade de intervir nas proximidades de suas fronteiras. E as manobras no Caribe não significam que ela tenha readquirido o poderio do passado, comparável ao americano, que permitia intervenções em escala global.

NO QUINTAL RUSSO

De qualquer forma, a guerra com a Geórgia tem alto significado, uma vez que desde o início da década de 1990 são os EUA e seus aliados europeus que marcam presença no “quintal” russo. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar liderada pelos americanos e criada para se contrapor à URSS e seus aliados do Leste Europeu, é o mais visível instrumento dessa presença: ela já incorpora seis países antes consi-

derados satélites soviéticos e três ex-repúblicas da URSS.

Os líderes russos já manifestaram claramente sua oposição a essa incorporação. Durante a Guerra Fria, São Petersburgo (então Leningrado), uma das mais importantes cidades russas, ficava situada a quase 2 mil quilômetros de qualquer país da OTAN. Hoje, está a menos de 100 quilômetros do mais próximo integrante da aliança, a Estônia. Essa situação tornou-se ainda mais tensa quando, durante reunião da cúpula da OTAN, na Romênia, os EUA pressionaram seus aliados para que eles aceitassem incluir no clube Ucrânia e Geórgia, outras duas ex-repúblicas soviéticas. A proposta não foi aprovada, entretanto, devido a objeções, principalmente vindas de Alemanha e França. A questão acabou postergada para novo encontro, a ser realizado no fim do ano. A posição reticente dos países da Europa Ocidental foi atribuída, entre outras coisas, à forte dependência que eles têm de fontes de energia da Rússia, principalmente o gás natural.

A Rússia também não está satisfeita com a instalação do escudo antimíssil americano em países que fazem fronteira com seu território. Os russos definem essa iniciativa como uma ameaça à sua segurança e já disseram que vão considerar os países que concordarem em abrigar os armamentos americanos como alvos potenciais de seus próprios mísseis. A Polônia, em meio à crise da Geórgia, fe-



chou um pré-acordo de adesão ao programa dos EUA. A República Tcheca é um dos candidatos a fazê-lo.

Outra questão que incomoda a Rússia é Kosovo. No início deste ano, EUA e União Européia (UE) ajudaram a província separatista sérvia a tornar-se independente. Na ocasião, o ministro de Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, chamou a atenção para o que isso representa. Ele considerou o desmembramento de um país soberano – no caso, a Sérvia – uma “violação das leis internacionais e uma ameaça à segurança” regional. Avaliação compartilhada, ao menos parcialmente, por alguns países europeus, como Espanha, Grécia, Bulgária e Chipre, que convivem com movimentos separatistas em seus territórios e não enviaram embaixadores a Kosovo.

PREFERIDO DO OCIDENTE

A independência kosovar abriu brecha para que Ossétia do Sul e Abkházia, regiões da Geórgia, elevassem o tom de suas reivindicações de independência. A questão contribuiu para transformar a Geórgia no centro de uma disputa perigosa. O desencadear da curta guerra travada com a Rússia, no entanto, pode ter sido fruto de um grosseiro erro de cálculo de Mikhail Saakashvili, o presidente georgiano.

Saakashvili, jovem advogado que estudou nos EUA, foi um dos líderes do movimento político que no fim de 2003

levou à renúncia de Eduard Shevardnadze, o ex-ministro de Relações Exteriores da URSS que ocupava o poder desde 1995. No início do ano seguinte, Saakashvili foi eleito com 95% dos votos.

O presidente georgiano é um dos preferidos do Ocidente, especialmente dos EUA. Por diversas vezes já apareceu em pronunciamentos na TV tendo a bandeira da UE ao fundo, embora seu país não seja membro da organização. O presidente americano, George W. Bush, que já visitou seu colega em Tbilisi, a capital georgiana, o tem em alta consideração. A política econômica liberal de Saakashvili tornou o país um dos pontos preferidos dos investidores ocidentais. Parte dos investimentos foi aplicada na construção de oleodutos que atravessam o país em direção à Turquia.

Até o embate com a Rússia, entretanto, Saakashvili enfrentava dificuldades políticas internas. A oposição o acusava de ser autoritário. Em novembro do ano passado, manifestações de protesto contra seu governo acabaram reprimidas violentamente e ele declarou temporariamente estado de emergência. Saakashvili renunciou ao mandato e convocou eleições antecipadas. A oposição o acusa de fraude no pleito realizado no início deste ano, que ele venceu com 53% dos votos.

O líder georgiano tentou apresentar a guerra com a Rússia como o ataque covarde de uma grande potência a um pequeno país. Disse que sua ação na Ossétia do Sul

foi uma reação à quebra de um acordo celebrado na véspera com os separatistas. As forças de segurança da Geórgia atacaram Tskhinvali, capital sul-ossetiana, sob alegação da necessidade de restaurar a ordem constitucional e proteger os civis das ações dos separatistas.

Há, no entanto, indícios de que a ação não foi uma mera reação, mas algo bem articulado. O ataque ocorreu exatamente no dia da abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim, em que estava presente o primeiro-ministro russo, Vladimir Putin. Reforça essa versão o fato de que a retomada do controle da região, que há anos vivia um estado de independência de fato em relação à Geórgia, fez parte da plataforma de campanha de Saakashvili.

SEM APOIO DOS EUA

A Rússia interveio, alegando proteger seus cidadãos na Ossétia do Sul, tanto os militares que compõem a força de paz estabelecida na região desde a década passada quanto boa parte dos nativos que, embora tecnicamente vivam na Geórgia, adotaram a cidadania russa. Assim como no caso do ataque, é provável, dada a rapidez e eficiência da resposta, que o contra-ataque russo não tenha sido um imprevisto, mas algo preparado de antemão. Se Saakashvili esperava alguma letargia motivada pela ausência de Putin em Moscou, ele certamente não contava com tal tipo de reação.

O erro de cálculo do líder georgiano provavelmente incluiu também o apoio que ele supunha obter do Ocidente, especialmente dos EUA. A ajuda, no entanto, não veio. Bush e Condoleezza Rice, a secretária de Estado americana, limitaram-se a declarações indignadas de protesto contra os russos. A falta de apoio americano se explica em boa parte pelo atoleiro em que suas Forças Armadas estão metidas no Afeganistão e no Iraque e também pelo fato de que a Rússia tornou-se, nos últimos anos, desde que abandonou o comunismo, um parceiro político importante em temas como o Irã e a Coreia do Norte, além do combate ao terrorismo. Seria preciso muito mais que uma guerra com a Geórgia, portanto, para fazer os EUA irem além do que fizeram.

O saldo da aventura iniciada por Saakashvili resultou, pelos relatos de observadores, numa tragédia para o pequeno país que ele dirige. Além da destruição quase total de Tskhinvali devido principalmente aos ataques das forças georgianas, diversas cidades do país sofreram muito em consequência da retaliação russa. De acordo com cálculos das Nações Unidas, dezenas de milhares de pessoas foram desabrigadas, e o número estimado de mortos é de, pelo menos, 2 mil.

VITÓRIA DOS SEPARATISTAS

O conflito bélico, evidentemente desigual, dada a desproporção das forças russa e georgiana, durou apenas cinco dias. Ao final, Saakashvili recebeu o presidente da França, Nicolas Sarkozy, que está no comando da UE, e aceitou os termos de um acordo negociado pelo dirigente francês com seu colega russo, Dimitri Medvedev. Por eles, georgianos e russos concordaram basicamente em retirar suas forças para seus respectivos territórios, o que evidenciou que a Ossétia do Sul não foi considerada, na prática, integrante da Geórgia.

No fim de agosto, essa impressão se consolidou. A Rússia reconheceu formalmente a independência da região e da Abkházia, e durante o encontro que o líder sul-ossetiano, Eduard Kokoity, manteve com Medvedev, ficou acertada a futura anexação do território à Federação Russa. Com a incorporação, a Ossétia do Sul e sua irmã, Ossétia do Norte, formariam um único território autônomo dentro da Rússia.

Outra questão a ser considerada é o quanto a aposta errada de Saakashvili se deve à indução dos americanos. Além da pressão exercida por eles para o ingresso do país na OTAN, o presidente georgiano deve ter se entusiasmado com a visita de Rice em junho passado para abrir os exercícios militares realizados em conjunto com forças dos EUA na Geórgia, na operação denominada “Resposta Imediata 2008”. As manobras, que envolveram soldados de Ucrânia, Armênia e Azerbaijão, foram simbolicamente realizadas na Base Aérea de Vaziani, que pertenceu à Força Aérea russa até 2001.

Fontes diplomáticas dos EUA informaram a jornalistas que desaconselharam qualquer ação provocativa por parte dos georgianos. Mas é no mínimo curioso que não tenha sido feito nada para impedir o ataque inicial contra a Ossétia do Sul. Dados os recursos tecnológicos de que dispõem, os EUA são perfeitamente capazes de detectar movimentos militares como os realizados pela Geórgia. Sendo assim, poderiam ter advertido Saakashvili da besteira que estava por cometer. Por que não o fizeram?

O conflito entre georgianos e sul-ossetianos não começou com a chegada de Saakashvili ao poder. Origina-se antes mesmo de Shevardnadze, logo após o desmantelamento da URSS. Na era soviética, o povo da etnia ossetiana foi dividido em dois territórios autônomos, um na Rússia

CONFRONTO MUITO DESIGUAL A Rússia tem recursos infinitamente superiores aos da Geórgia

	RÚSSIA	GEÓRGIA
Soldados	395 mil	30 mil
Blindados	23 mil	205
Peças de artilharia	26 mil	120
Aviões de ataque	1,8 mil	10
Helicópteros de combate	1,9 mil	30
PIB	US\$ 2 trilhões	US\$ 10,5 bilhões
PIB per capita	US\$ 14,7 mil	US\$ 4,7 mil
População	140,7 milhões	4,6 milhões
Área	17 milhões km²	270 mil km²

e outro na Geórgia, como vimos. Os ossetianos, embora professem, em sua maioria, o cristianismo ortodoxo russo, como os georgianos, constituem uma etnia diferente e têm sua própria língua. Quando a URSS acabou, a Geórgia, uma das repúblicas que a compunha, tornou-se independente, e os sul-ossetianos passaram a reivindicar sua própria independência, com o objetivo de juntar-se aos do norte no interior da Federação Russa. Uma guerra civil que durou até meados de 1992 foi encerrada com um armistício assinado por Rússia, Geórgia e Ossétia do Sul. Uma força de paz, composta por militares russos e das Nações Unidas, foi formada para atuar na região. Os sul-ossetianos, entretanto, não se conformaram. Em 2001, elegeram Kakoity seu presidente e pediram à Rússia o reconhecimento de sua independência, no que não foram atendidos. Em 2006, um plebiscito realizado na região aprovou a separação da Geórgia.

O RETORNO DO DERROTADO

Em março deste ano, após a independência de Kosovo, e diante do pedido de Kaashvili para que a Geórgia se integrasse à OTAN, o parlamento russo reconheceu a independência da Ossétia do Sul e da Abkházia. O desfecho da guerra de agosto fez os separatistas alcançarem seus objetivos.

Qual o significado da ação russa? José Luís Fiori, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e conceituado analista de temas internacionais, deu sua interpretação em artigo publicado no diário *Valor Econômico* poucos dias após o início dos conflitos. Ele recorreu a uma idéia de Hans Morghentau, considerado o pai da teoria política internacional ameri-

ROTA CONFIÁVEL Parte do petróleo e gás da região do Mar Cáspio que abastecem o Ocidente chega à Turquia pela Geórgia

Pelo território da Geórgia passam as duas únicas tubulações que transportam gás e petróleo do Azerbaijão em direção aos mercados ocidentais e que não atravessam a Rússia. O oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan foi inaugurado em 2006 e pode levar até 1 milhão de barris de petróleo diariamente para o porto de Ceyhan, no litoral da Turquia, país membro da OTAN. Desde o ano passado, o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum transporta o gás do campo de Shakh Deniz, no Mar Cáspio, para Erzurum, também em território turco.

cana sobre a origem das guerras. Em poucas palavras, o argumento de Morghentau é o de que a política opressiva de um país vitorioso num determinado conflito gera uma reação igual e contrária no derrotado. E, se o vencido não tiver sido aniquilado permanentemente, ele procurará retomar o que lhe foi tirado com a derrota.

Fiori lembra que, na Guerra Fria, a URSS foi derrotada, embora, ao final, nem um único tiro tivesse sido disparado contra ela. Também não houve qualquer acordo de paz que definisse regras para a convivência futura com os vitoriosos. A derrota significou a perda gradual do território soviético. Fiori faz contas que abrangem um período de aproximadamente cem anos: no fim do século XIX, o império russo tinha 22,4 milhões de km² e 152 milhões de habitantes. No século XX, a URSS manteve aproximadamente a mesma área territorial e chegou aos 300 milhões de habitantes. Tornou-se a segunda maior potência militar e econômica do planeta. Com o desmonte soviético, em 1991, a Federação Russa atual tem 17 milhões de km² e apenas 140 milhões de habitantes.

Se Morghentau estiver certo, escreveu Fiori, a Rússia, a grande perdedora da década de 1990, “será a grande questionadora da nova ordem mundial, qualquer que ela seja, até que lhe devolvam – ou ela retorne – seu velho território”. Seria o discurso do presidente russo, Medvedev, pronunciado no fim de setembro a comandantes do Exército, um sinal nesse sentido? Ele disse que o governo pretende melhorar o sistema de defesa nuclear do país e modernizar suas Forças Armadas até 2020. “Devemos garantir nossa superioridade”, disse Medvedev, após assistir a exercícios militares envolvendo 40 mil soldados.

Essa tendência pode ser reforçada pelo fato de que, atualmente, a ideologia predominante entre os dirigentes russos está muito distante das idéias socialistas do passado, que, ao menos teoricamente, levavam em conta a solidariedade entre os povos. Hoje, os líderes russos repudiam abertamente o socialismo. Se o rumo apontado por Fiori se confirmar, a velha Rússia pode estar mesmo de volta ao jogo pesado da geopolítica. A curta guerra com a Geórgia seria, então, apenas o primeiro passo desse caminho. ■

Retrato do **BrASiL**

A atualização de uma obra consagrada

A Editora Manifesto traz, em um único volume, mais de 800 páginas sobre os principais temas de nossa história, com foco no período de 1985 a 2006.

Tudo tratado de forma clara e objetiva, com a finalidade de atender ao público interessado em conhecer a fundo o que vem ocorrendo no País.

Do desenvolvimento do mercado financeiro à sexualidade, passando por reforma agrária, saúde, educação, transporte, teatro, cinema e TV.



por apenas

R\$ 115*

* encadernação brochura, não incluso o valor do frete

**Aproveite
e também
adquira a edição
1964-1984**

**Na compra das duas
edições, você leva, por
apenas R\$ 105, a obra
que trata do período entre
1964 e 1984,
em 4 volumes**



Adquira já o seu exemplar
www.retratodobrasil.com
[11] 3032-1204 / 3037-7316
vendas@retratodobrasil.com

UM DISCÍPULO DE MARX, EUCLIDES E LOBATO

No ano passado, foi comemorado o centenário do nascimento de Caio Prado Júnior, um dos mais influentes intelectuais brasileiros. Dada a importância do homenageado e a larguíssima influência de suas teses sobre o pensamento social brasileiro, era de se esperar que a data ensejasse grandes debates e reflexões.

O que se viu, pelo contrário, foi certo silêncio, quebrado aqui e acolá por iniciativas tão meritórias quanto isoladas. Poucos fo-

>> **CAIO PRADO JÚNIOR** *Uma biografia intelectual*
autor Paulo Teixeira Iumatti
editora Brasiliense
ano 2007
nº de páginas 250
preço sugerido R\$ 54

ram os debates, eventos e publicações. Uma exceção nesse quadro foi a publicação do livro de Paulo Iumatti, professor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP e estudioso da obra de Caio Prado. O livro, lançado pela Editora Brasiliense ainda em 2007, foi o melhor fruto das comemorações do centenário.

Poucos teriam melhores condições de encarar a empreitada de escrever uma biografia de Caio Prado. Iumatti é uma espécie de guardião dos arquivos de Caio Prado, um impressionante montante de documentos que o historiador foi juntando durante a sua vida e que se encontram disponíveis para consulta no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Uma biografia tradicional tem como objetivo narrar a vida do biografado, sempre do ponto de vista de sua trajetória pessoal. Já a biografia intelectual busca descobrir os estudos, as influências, em suma, o processo formativo que permitiu ao autor cons-

truir o seu pensamento/obra. Não se trata, portanto, de contar a vida do biografado, mas de traçar o seu itinerário intelectual.

Boa parte das biografias intelectuais, no afã de encontrar os caminhos percorridos pelo biografado, acaba por construir uma narrativa labiríntica e pouco atrativa. Iumatti não incorre nesse erro. Em primeiro lugar, porque é escritor talentoso, capaz de seguir os caminhos intelectuais de Caio Prado através de um texto sempre vivaz e interessante. Em segundo lugar, porque o autor teve grande capacidade de buscar, na vida familiar e pessoal do biografado, elementos que ajudam a compreender a formação de seu pensamento. Assim, mesmo sendo uma biografia intelectual, o livro traz o sabor das biografias tradicionais.

Garimpando as origens da formação do pensamento de Caio Prado, Iumatti busca as influências do ambiente familiar, ao mesmo tempo severo e voltado para os estudos; analisa os boletins escolares de Caio Prado no Colégio São Luís, onde o intelectual paulista foi aluno brilhante; observa suas viagens, dentre elas a estada na Inglaterra, onde estudou algum tempo no Chesham Hall. Sua conclusão é a de que a infância e a primeira juventude de Caio Prado, vividas em uma família que valorizava fortemente a disciplina e os estudos, deram sólidas bases para seu desenvolvimento intelectual posterior.

Além desses elementos da formação juvenil de Caio Prado, Iumatti busca demonstrar a influência de intelectuais brasileiros e estrangeiros na obra e no pensamento do autor. Sobre as várias influências descritas por ele, sobressai o modo como ele demonstra a presença de Euclides da Cunha e de Monteiro Lobato.

Euclides da Cunha está presente no olhar de viajante de Caio Prado. Iumatti flagra o momento em que o próprio Caio percebe essa influência e reconhece que precisou de tempo para olhar o Brasil, suas paisagens e sua gente, com seu próprio olhar. É muito interessante a comparação, feita no livro, entre um relato que Caio Prado faz de uma viagem a Ouro Preto e um trecho de *Os Sertões*, onde essa influência fica patente.

Monteiro Lobato foi um forte exemplo para Caio Prado. Essa marca que o autor de *Urupês* carregava, de intelectual engajado em contribuir para resolver os problemas do País, homem que conjugava o pensar e o agir, provocava admiração em Caio. Os dois, na década de 40, tornaram-se amigos. Quando Lobato morreu, em 1948, Caio Prado escreveu um necrológico comovido, publicado na revista *Fundamentos*, que ressaltava essas qualidades de Lobato. Mais tarde, em homenagem ao amigo, batizou de Urupês a gráfica que montara.

FORMAÇÃO DO BRASIL

O livro de Iumatti tem uma estrutura interessante. Não há uma narrativa cronológica nem da vida nem da produção intelectual de Caio Prado. É organizado de forma a privilegiar a obra mais importante do autor, o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Essa talvez seja a principal qualidade do livro. Ao admitir que Caio Prado atingiu o seu auge com um livro escrito na década de 1940 e perceber que as obras posteriores do autor não têm a mesma importância, Iumatti afasta-se da tentação de, em um momento de homenagem, escrever um livro apologético, desprovido de espírito crí-

Biografia destaca os intelectuais que mais influíram no pensamento de Caio Prado Júnior, autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* | Julio Veloso

tico. Ao mesmo tempo, faz justiça a Caio Prado, na medida em que localiza a obra capital, pela qual a sua importância como intérprete do Brasil deve ser julgada.

Formação do Brasil Contemporâneo é o mais influente livro de nossa historiografia. Trata-se da primeira tentativa de se oferecer, sob o prisma do marxismo, uma interpretação globalizante de nossa história. Com uma estrutura desconcertante, em que se combinam o olhar de geógrafo e o de historiador, Caio Prado buscou oferecer uma interpretação do Brasil a partir de sua história, em especial de sua história colonial.

O passado havia nos legado as condições para a constituição da nacionalidade, conforme destaca Iumatti: “uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente, e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; e uma consciência, uma certa atitude mental particular”. No entanto, as heranças de uma estrutura colonial, separavam o Brasil da conclusão desse processo.

Essa estrutura tinha sido constituída com um sentido, o que ficou consagrado como o sentido da colonização. O Brasil havia sido formado para fornecer produtos ao comércio exterior. O sentido de nossa formação e o grande impulso inicial do nosso desenvolvimento haviam sido determinados por necessidades exteriores da sociedade em formação.

A tríade que constituía a vida colonial — grande propriedade, trabalho escravo e monocultura — era também determinação desse sentido externo, voltado para as necessidades do capitalismo comercial. Assim, nossa sociedade, construída a partir de de-

terminações exteriores, não constituía um corpo articulado internamente, nem social nem economicamente.

Durante o período colonial, segundo Caio Prado, coexistiram dois setores na sociedade. Um orgânico, formado a partir das relações entre senhores e escravos, e outro inorgânico, formado pela massa excluída da dinâmica econômica dominante. O primeiro setor estava ligado ao grande circuito econômico do capitalismo comercial. O segundo estava à margem dele, e, em geral, desconectado dele. O sentido da colonização produzia uma sociedade partida, desarticulada.

O livro, partindo dessa idéia-base, realiza a proeza de articular com grande habilidade variadas áreas do conhecimento, como a história, a economia e a geografia. Além disso, desloca-se, com extrema facilidade, do abstrato ao concreto e da generalização à análise do específico.

Iumatti demonstra como isso era uma raridade naquela época. A própria historiografia marxista, que dava os seus primeiros

passos, e ainda não haviam sido produzidas grandes sínteses. Livros do mesmo nível do de Caio Prado, assinala Maria Odila Leite da Silva Dias, só seriam produzidos na década de 1950.

DEBATE AUSENTE

As posições de Caio Prado expressas em *Formação do Brasil Contemporâneo* estabeleceram um forte paradigma na historiografia brasileira, que guiaria o percurso intelectual de pensadores como Celso Furtado, Octávio Ianni, Manuel Correia de Andrade e, especialmente, Fernando Novais, seu mais profícuo continuador.

As idéias sustentadas em *Formação do Brasil Contemporâneo* sofreram críticas no campo do marxismo. Em uma primeira fase, dois intelectuais apresentaram suas refutações às teses de Caio Prado. O primeiro deles foi Nelson Werneck Sodré, que sustentava que, após um início escravista, havia preponderado um modo de produção feudal no Brasil. Assim, o País não seria capitalista desde o início, como a teoria

Carta aberta de Lobato a Caio Prado, preso: reconhecimento da coragem e da honestidade



de Caio Prado dava a entender. Essa crítica cumpria o papel de sustentar as opiniões propugnadas pela Internacional Comunista para o Brasil e que eram seguidas pelo Partido Comunista Brasileiro.

A outra crítica veio mais tarde, com as obras de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Jacob Gorender, nas quais, cada qual a seu modo, sustentaram que havia se estabelecido no Brasil um modo de produção completamente novo, que não havia sido caracterizado pelos clássicos do marxismo: o modo de produção escravista colonial. Este seria caracterizado por relações escravistas de produção inseridas no contexto do mercantilismo. Essa interpretação, que também destoava das orientações da Internacional Comunista, sustentava a idéia de que,

para determinar um modo de produção, era necessário olhar, em primeiro lugar, as relações de produção que a sustentavam. O erro de Caio Prado consistia em dar centralidade à forma como as mercadorias circulavam.

Esses questionamentos, no entanto, foram insuficientes para abalar o prestígio das formulações de Caio Prado. Foi somente a partir da década de 1990 que começaram a surgir novas pesquisas e interpretações que conseguiram abalá-las. O centenário do nascimento do mais influente historiador brasileiro ocorreu sob esses fortíssimos ataques.

O fogo parte de intelectuais que questionam a idéia de que as dinâmicas da sociedade colonial eram determinadas fundamentalmente pelos ritmos do comércio inter-

nacional. Esses autores, cada qual à sua maneira, afirmam que existia uma forte dinâmica interna na economia e na sociedade colonial. O mercado interno, que para Caio Prado era pequeno e atrofiado, seria forte e capaz de criar uma dinâmica própria e independente. Haveria intenso acúmulo endógeno de capital dentro da sociedade colonial, feito por grandes comerciantes, especialmente negociadores de escravos.

LEITURA NECESSÁRIA

A resposta dos “caiopradianos” tem sido a de que a dinâmica interna nunca esteve ausente da obra do autor. Pelo contrário, é com base em sendas abertas por *Formação do Brasil Contemporâneo* que se desenvolveu a maior parte dos estudos sobre a sociedade no Brasil Colônia. Além disso, segundo esses autores, não se trata de acumular capital endógeno ou exogenamente, dentro ou fora da Colônia, mas de perceber que a acumulação se dava no sistema como um todo. Para esses autores, no momento da crise mais aguda do antigo sistema colonial, esse processo de acúmulo de capital na Colônia aumentou, mas este era justamente um dos elementos da crise. Ou seja, o próprio sistema colonial, que tinha na dependência da Colônia em relação à Metrópole a sua trave mestra, acabou por se destruir, a partir do momento em que promoveu crescimento no conjunto do sistema, inclusive na sua periferia. Ou seja, como disse Fernando Novais, a Metrópole não tinha como explorar a Colônia sem desenvolvê-la.

Esse debate (que não pode ser visitado senão superficialmente no espaço de um artigo como este) é tratado apenas de passagem no livro de Iumatti. Essa ausência é um ponto fraco da obra, posto que seria interessante, em um livro publicado no centenário do nascimento de Caio Prado, ver como sua obra é encarada e debatida hoje.

Apesar dessa falta, o livro de Iumatti é importantíssima referência para quem quer entender a obra e a vida de Caio Prado Júnior. Baseado em farta documentação, ancorado em uma estrutura inteligente, escrito por alguém que conhece a obra do biografado como ninguém, trata-se de um livro obrigatório.

A vida e a obra de Caio Prado, exemplos de compromisso com o povo e o País, estão presentes no livro de Iumatti, inclusive pelo espírito crítico com relação ao pensamento do grande historiador, uma obra que lhe faz justiça. ■

MILITANTE E CRÍTICO Caio Prado filiou-se ao PCB em 1931. Nunca rompeu com o partido, cuja visão do País criticou em uma de seus últimos livros

Caio Prado Júnior nasceu em 11 de fevereiro de 1907 em uma das famílias mais tradicionais de São Paulo. De 1924 a 1928, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Sua primeira experiência política foi a militância no Partido Democrático, em que participou da campanha de Getúlio Vargas à presidência.

Em 1931, filiou-se ao PCB. Lamentaria muitas vezes o fato de não se lembrar do nome do garçom que o havia recrutado. No partido, foi um militante comum, que nunca ocupou cargos de direção. Recebeu e desempenhou tarefas diversas, mantendo militância ombro a ombro com gente do povo. Caio por várias vezes registrou o quanto essa experiência e aprendizado foi importante para ele.

Em 1935, tornou-se vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo. Após a Insurreição de 1935, quando os comunistas fizeram uma tentativa de tomada do poder, foi detido e condenado a dois anos de prisão.

Após conseguir liberdade, foi para a França, onde militou no Partido Comunista Francês e trabalhou na fronteira com a Espanha, no arriscado trabalho de auxílio aos exilados da ditadura de Franco.

Em 1939, retornou ao Brasil, onde, com a abertura democrática e as eleições de 1945, foi eleito deputado estadual por São Paulo. Na Assembléia Legislativa, tem como colega de bancada comunista o renomado físico Mario Schemberg, dentre outros intelectuais.

Antes de eleger-se, Caio havia fundado a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, que se tornaram fortes instrumentos de divulgação das idéias progressistas dele e de outros intelectuais importantes.

Após o golpe de 1964, Caio foi preso algumas vezes e permaneceu vigiado o tempo todo. Escreveu, em 1966, um livro que marcaria sua trajetória e suas relações com o PCB: *A Revolução Brasileira*. Nele, sem romper seus vínculos com o partido, exerce duríssima crítica à linha partidária concernente ao processo da revolução brasileira, negando que tenha havido qualquer espécie de feudalismo no País, rejeitando a idéia de uma etapa burguesa e afirmando que o Brasil, por ser um País plenamente capitalista, já estava maduro para a revolução socialista.

Depois de um período de certa reclusão, secundado por uma doença que foi progressivamente lhe tirando a consciência, Caio Prado Júnior faleceu em 23 de novembro de 1990.

PRINCIPAIS OBRAS DE CAIO PRADO JÚNIOR

Evolução Política do Brasil (1933)
Formação do Brasil Contemporâneo (1942)
História Econômica do Brasil (1945)
A Revolução Brasileira (1966)